

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

**PORTIFÓLIO ACADÊMICO
MEMÓRIAS MOLDADAS Á MÃO**

DÉBORA CRISTINA FERREIRA COELHO

**LAVRAS-MG
2024**

DÉBORA CRISTINA FERREIRA COELHO

PORTIFÓLIO ACADÊMICO
MEMÓRIAS MOLDADAS À MÃO: REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO A PARTIR DA ARTE E CULTURA

Portfólio Acadêmico apresentado ao Centro Universitário de Lavras, como parte das exigências da disciplina Metodologia da Pesquisa II, curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

ORIENTADORA

Prof^ª. Ma. Janaina Faleiro Lucas Mesquita

LAVRAS-MG
2024

Ficha Catalográfica preparada pelo Setor de Processamento Técnico da
Biblioteca Central do UNILAVRAS

C672m	Coelho, Débora Cristina Ferreira. Memórias moldadas à mão: revitalização do patrimônio histórico a partir da arte e cultura / Débora Cristina Ferreira Coelho. – Lavras: Unilavras, 2024. 96f.: il. Portfólio acadêmico (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Unilavras, Lavras, 2024. Orientador: Prof.^a Janaina Faleiro Lucas Mesquita. 1. Patrimônio. 2. Cultura. 3. Histórico. 4. Requalificação. I. Mesquita, Janaina Faleiro Lucas. (Orient.). II. Título.
-------	--

DÉBORA CRISTINA FERREIRA COELHO

**MEMÓRIAS MOLDADAS Á MÃO: REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO A PARTIR DA ARTE E CULTURA**

Portfólio Acadêmico apresentado ao Centro
Universitário de Lavras, como parte das
exigências da disciplina Metodologia da
Pesquisa II, curso de graduação em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em 11/ 12 / 2024

ORIENTADORA

Prof^ª. Ma. Janaina Faleiro Lucas Mesquita

**LAVRAS-MG
2024**

Dedico esse portfólio á toda a minha família, amigos, professores e afins, e em especial à minha avó, Maria do Rosário, pelo apoio inabalável e encorajamento onde encontrei a luz que iluminou meu caminho durante esta jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

À Deus por por me fortalecer e ser o sustento fundamental da minha força ao longo de todo o meu tempo como estudante.

À minha avó Maria, por me ensinar e orientar a ter fé e valores humanos evidenciando sempre a fé.

Ao meu avô Venicio, designador de toda a minha sede por sabedoria.

Aos meus pais, Ana e Venicio, por serem a figura central de orientação e persistência á cerca das minhas próprias vontades.

A minha irmã, Raphaely por todo companheirismo e incentivo.

Aos meus tios, Valéria e Átila, por todo apoio e carinho.

Aos amigos que fiz na faculdade, pela união empatia e carisma.

Aos amigos que conquistei ao longo da vida, que de alguma forma sempre estiveram presentes.

A minha orientadora e professora Janaina pelos ensinamentos

Ao ProUni por me conceder a oportunidade de estudar e pela experiência na área acadêmica.

Ao Centro Universitário de Lavras, pelo acolhimento e exorbitante qualidade de ensino.

À todos os meus familiares que estiveram sempre ao meu lado, representando persistência.

*“O passado não volta. Importantes são a continuidade
e o perfeito conhecimento de sua história.”*

Lina Bo Bard, (1972).

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Igreja Matriz de Capelinha, em 1820	23
Figura 02 - Inauguração da antiga prefeitura da idade.....	24
Figura 03 - Antiga prefeitura da cidade.....	25
Figura 04 - Chalé Fim do Século, ano de 1898.....	26
Figura 05 – Chalé Fim do Século, ano de 2024.....	26
Figura 06 – Artesanato de barro produzido e comercializado em Capelinha.....	28
Figura 07 – Caricatura reproduzida nas artes de barro.....	29
Figura 08 – Mapa de Localização da Região da SE - SP.....	34
Figura 09 – Mapa de bens patrimoniais tombados na região da SE – SP.....	35
Figura 10 – Mapa de localização Praça das Artes – SP.....	36
Figura 11 – Croqui Inicial da Praça das Artes – SP.....	37
Figura 12 – Subdivisão espacial da Praça das Artes – SP.....	38
Figura 13 – Planta do Pavimento Térreo da Praça das Artes – SP.....	39
Figura 14 – Planta do Primeiro Pavimento da Praça das Artes – SP.....	40
Figura 15 – Corte Esquemático da Edificação (Praça das Artes – SP)	41
Figura 16 – Fluxograma do pavimento terra (Praça das Artes – SP).....	42
Figura 17 – Fluxograma do primeiro pavimento.....	42
Figura 18 – Orientação Solar	43
Figura 19 – Mapa de Gabaritos.....	44
Figura 20 – Croqui de Projeto (Centro Cultural e Ecológico – IMAGINA).....	45
Figura 21 – Perspectiva esquemática de implantação geral do projeto.....	46
Figura 22 – Paredes de adobe.....	47
Figura 23 – Eco-Telhado.....	48
Figura 24 – Telhado de Bambu.....	48
Figura 25 – Planta do Pavimento Térreo.....	49
Figura 36 – Planta do 1º Pavimento.....	50
Figura 27 – Corte BB.....	51
Figura 28 – Corte AA.....	51
Figura 29 – Localização do RedBull Station.....	52
Figura 30 – Fachada Principal do edifício RedBull Station.....	53
Figura 31 – Perspectiva do prédio em estudo.....	54

Figura 32 – Corte Esquemático.....	55
Figura 33 – Planta e Fluxograma Subsolo.....	56
Figura 34 - Planta e Fluxograma do Pavimento Térreo	56
Figura 35 – Planta e Fluxograma do Mezanino.....	57
Figura 36 – Planta e Fluxograma da Cobertura	57
Figura 37 – Corte Longitudinal da Edificação.....	58
Figura 38 – Corte Transversal da edificação.....	58
Figura 39 – Orientação solar da edificação.....	59
Figura 40 – Edifício RedBull Station.....	60
Figura 41 – Vista aérea da cobertura com recolhimento de águas pluviais.....	60
Figura 42 – Área externa da edificação.....	61
Figura 43 – Área interna da edificação.....	61
Figura 44 – Mapa de Localização do Vale do Jequitinhonha.....	63
Figura 45 – Mapa acerca da existência de centros culturais em Minas Gerais.....	64
Figura 46 – Mapa de localização da área de projeto.....	65
Figura 47 – Esquema Praça do Povo.....	66
Figura 48 – Divisão dos pisos.....	67
Figura 49 – Área interna do primeiro piso.....	68
Figura 50 – Área externa do primeiro piso.....	68
Figura 51 – Área externa do primeiro e segundo pavimento.....	69
Figura 52 – Mapa de danos da fachada sul	70
Figura 53 – Mapa de danos fachada norte.....	70
Figura 54 – Mapa de danos fachada oeste.....	71
Figura 55 – Linha do Tempo.....	72
Figura 56 – Mapa de bens inventariados.....	73
Figura 57 – Mapa de usos.....	74
Figura 58 – Mapa de Gabarito	75
Figura 59 – Orientação solar em escala macro.....	76
Figura 60 – Orientação solar, em planta.....	76
Figura 61 – Relação sol e sombra 01.....	77
Figura 62 – Relação sol e sombra 02.....	77
Figura 63 – Topografia do terreno.....	78
Figura 64 – Topografia do terreno ampliada.....	79

Figura 65 – Mapa de hierarquia viária-.....	80
Figura 66 – Mapa de figura e fundo.....	81
Figura 67 – Mapa de uso e ocupação da cidade de Capelinha.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Tabela de pontuação provisória 01.....	30
Tabela 02 – Tabela de pontuação provisória 02	31
Tabela 03 - Tabela de usos e parâmetros subdivida pelas zonas do município de Capelinha.....	83
Tabela 04 - Setorização, Pré-Dimensionamento e Programa de Necessidades.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

- CCEI** – Centro Cultural Ecológico Imagina
- CEDEFES** - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- ICOMOS**- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- IEPHA** – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
- ZDE**- Zona de Dinamização Econômica
- ZIC** – Zona de Interesse Cultural

SUMÁRIO

RESUMO.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – REVISÃO DE LITERATURA.....	17
1.1 Patrimônio Histórico Cultural.....	17
1.2 História e formação da Cidade de Capelinha.....	21
1.2.1 Patrimônios Culturais e Históricos locais.....	25
CAPÍTULO 2 – ESTUDOS DE CASO.....	35
2. 1 Praça das Artes – São Paulo.....	35
2.2 Centro Cultural e Ecológico Imagina – Mexico	47
2.3 Red Bull Station – São Paulo.....	54
CAPÍTULO 3 – PROBLEMÁTICA.....	64
Carência de um espaço com apoio que promova e estimule a cultura e a produção artística local.	65
CAPÍTULO 4 – DIRETRIZES PROJETUAIS.....	67
4.1 Diagnóstico Local.....	67
4.2 Análise Diagnóstico.....	76
4.3 Leis vigentes	83
4.4 Impacto projetual	86
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS	91

RESUMO

A priori, é válido pontuar que o patrimônio edificado desempenha um papel fundamental na preservação da memória local e no fortalecimento do desenvolvimento histórico e cultural de um espaço. Porém, é sabido que muitos edifícios acabam sendo abandonados e entram em processo de degradação devido aos elevados custos de manutenção, resultando em perdas significativas para a representatividade histórica e cultural que esses patrimônios carregam. Compreende-se, portanto, a relevância da preservação e manutenção dos patrimônios edificados, garantindo a perpetuação da memória coletiva e o fortalecimento do senso de pertencimento da população em relação ao local.

A partir de então, este trabalho propõe o desenvolvimento de um centro cultural na cidade de Capelinha, Minas Gerais, com base na valorização da cultura local e do patrimônio histórico, especialmente nas artes de cerâmica e barro. O projeto visa contribuir para a requalificação da área selecionada e, de forma mais ampla, promover a requalificação urbana da área central da cidade. A escolha do tema justifica-se pela ausência de centros culturais na região norte e nordeste de Minas Gerais, evidenciando a carência de espaços dedicados à preservação e promoção das expressões artísticas e culturais locais. Dessa forma, o projeto proposto busca preservar a história e a memória de Capelinha, promovendo a reconexão da população com um espaço até então negligenciado e esquecido. Onde, preservar o passado é construir vínculos mais fortes com o futuro.

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural é fundamental para preservar a memória, a identidade e a criatividade dos povos, enriquecendo a diversidade cultural. É amplamente reconhecido como necessário para promover e proteger as manifestações culturais (UNESCO, 2020). Ou seja, o patrimônio funciona como uma ferramenta para assegurar a preservação de sua história, identidade e tradições, fortalecendo o senso de pertencimento e continuidade intergeracional.

Nessa perspectiva, a diversidade cultural é um tema multifacetado, cuja compreensão envolve a percepção variada entre indivíduos e os efeitos diferenciados que essa diversidade pode exercer sobre eles. Nesse contexto, é necessário salientar que a percepção da diversidade varia entre indivíduos devido a múltiplos fatores na sociedade, resultando em efeitos distintos para os indivíduos (MILLIKEN e MARTINS, 1996).

Por isso, é necessário considerar as distintas práticas e manifestações artísticas e culturais a fim de englobar de maneira ampla o conceito de proteção, onde interpretar o significado das culturas envolve compreender como os grupos sociais se percebem e se definem, tanto internamente quanto em suas relações com outros grupos e com a natureza, de acordo com seus próprios critérios (ARANTES, 1981).

O Decreto-Lei nº 25/37 inserido na Constituição Federal de 1988 define a aplicação normativa do conceito de patrimônio cultural, levando em consideração o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público, seja por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, seja por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Sendo assim, no contexto da formação urbana, o processo de ocupação do espaço está intimamente relacionado a história de uma cidade, refletindo diretamente em mudanças sociais e culturais ao longo dos anos (HARVEY, 2005).

A partir de então, dada a cidade Capelinha, situada em Minas Gerais – Brasil possui sua história construída a partir de um estreito contexto de urbanização, onde, em prol do desenvolvimento urbano, o espaço foi modificado. Sendo assim, no ano de 1965, ocorreu a instalação e inauguração do prédio localizado no centro da cidade, como sede da Prefeitura Municipal, Fórum e Câmara Municipal de Capelinha (PREFEITURA DE CAPELINHA, 2002).

A ocupação do espaço central naturalmente se modifica ao longo dos anos, sendo o entorno altamente suscetível à substituição, devido à influência do comércio e à necessidade de renovação urbana. Segundo Jan Gehl, a estrutura urbana e o planejamento urbano moldam como as pessoas utilizam o espaço urbano, destacando a importância do planejamento urbano como uma influência tanto positiva quanto negativa (GEHL, 2013).

Ou seja, a forma como um centro urbano é organizado afeta diretamente como os indivíduos se comportam e interagem dentro desse ambiente.

Nesse sentido, a partir da compreensão da influência da urbanização no processo de desenvolvimento de uma cidade, faz-se necessário pontuar que a diversidade de usos do solo urbano, a mistura de edifícios antigos e novos, bem como a presença de calçadas movimentadas e espaços públicos ativos, são essenciais para a vitalidade e a segurança das cidades. Ou seja, é crucial valorizar e preservar espaços subutilizados que contribuem para a diversidade e a vitalidade urbana, ao invés de simplesmente buscar maximizar a densidade e a eficiência econômica em detrimento do ambiente humano e social das cidades (JACOBS, 2000).

Sendo assim, é possível compreender a importância da preservação e manutenção de patrimônios, acerca da utilização do espaço de maneira ativa que influencie diretamente o funcionamento coerente de um centro urbano. Afim de alcançar o objetivo geral de resgatar aspectos memorialísticos e emocionais, além de promover o uso e a socialização da área pela população, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (I) Estudar a história e a formação da cidade de Capelinha, para compreender de que forma o espaço foi ocupado é o ponto de partida inicial para compreender a utilização e a influência das construções na área central da cidade. (II) Realizar um levantamento do paralelo de criação e construção de práticas artísticas e culturais negligenciado pela população em detrimento dos seus patrimônios históricos e culturais locais; (III) Recuperar a arquitetura de edificações construídas em momentos importantes para a história da cidade, seguindo as diretrizes teóricas e práticas do patrimônio cultural de forma a conservar suas características originais; (IV) Propor melhorias estéticas e estruturais para conferir aos espaços uma atmosfera contemporânea e usual do espaço; (V) Propor um trabalho de reativação em escala urbana para além do espaço subutilizado, e assim, estudar e apresentar uma nova intervenção no entorno urbano das edificações, afim de reativar a utilização do espaço.

A partir de então, compreende-se a importância e a necessidade deste estudo, considerando a importância de preservar as memórias individuais e coletivas através da manutenção e preservação de patrimônios culturais. Por isso, esse portfólio está sendo elaborado e organizado em capítulos específicos, que são complementares entre si, visando construir conhecimento na área estudada e alcançar o objetivo estabelecido. Os capítulos subsequentes são apresentados a seguir.

No Capítulo I, e seus subtópicos estão centrados na valorização e preservação dos elementos culturais e históricos locais. Ao discutir o Patrimônio Histórico-cultural, há uma defesa pela importância de proteger e promover os bens materiais e imateriais que representam a identidade e a memória coletiva de uma comunidade ou região. Isso envolve desde edificações históricas até práticas culturais e tradições transmitidas ao longo do tempo. Já ao explorar a História e formação da Cidade de Capelinha, especificamente seus Patrimônios Culturais e Históricos locais, destaca-se a relevância de compreender como eventos históricos, desenvolvimentos urbanos e a presença de patrimônios específicos moldaram a identidade e o ambiente urbano da cidade. Esses tópicos não apenas enfatizam a necessidade de conservação e estudo desses elementos, mas também reconhecem seu papel crucial na promoção de uma identidade local forte e na conexão das gerações atuais com suas raízes históricas e culturais. No capítulo II, três estudos de caso são apresentados, selecionados a partir de suas propostas e análises que podem enriquecer o presente estudo. A similaridade entre estes trabalhos correlatos fortalece a viabilidade e o embasamento das ideias projetuais discutidas. São estes: I – Praça das Artes – São Paulo; Centro Cultural Ecológico Imagina – México; e por fim a unidade Centro Cultural RedBull Station, proposta de revitalização similar ao estudo proposto.

O Capítulo III aborda a problemática, onde são apresentados os desafios enfrentados pela cidade e pela região estudadas, bem como as motivações que impulsionaram a realização deste estudo.

E por fim, o Capítulo IV são abordados aspectos essenciais do projeto arquitetônico, incluindo as diretrizes projetuais, a análise e o diagnóstico do terreno, o programa de necessidades e o pré-dimensionamento.

1 – REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Patrimônio Histórico e Cultural

De acordo com o Art. 216 da Constituição Federal de 1988, o patrimônio histórico e cultural é definido como um conjunto de bens, tangíveis ou intangíveis, os quais, individualmente ou em sua totalidade, apresentam-se como titulares de referências à identidade, as práticas culturais e a memória dos diversos agrupamentos que historicamente desenvolveram e continuam a contribuir para a configuração da sociedade brasileira.

De forma geral, a análise do patrimônio cultural incentiva o reconhecimento e a celebração daquilo que é compartilhado por um grupo social, em momentos e lugares distintos. Nesse contexto, a integração de diversos elementos ao conceito de patrimônio cultural, conforme delineado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) abrange: diversos modos de criação, produção e expressão artística, assim como as inovações tecnológicas e descobertas científicas. Além desses, também estão inclusos artistas, documentos, construções e espaços destinados a atividades artístico-culturais, além de aglomerados urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, paleontológico, ecológico e científico (IPHAN, 2024).

Nesse cenário, a distinção entre bens materiais e imateriais está relacionada à natureza dos elementos culturais e patrimoniais que podem ser preservados e transmitidos ao longo do tempo. Os bens materiais englobam elementos tangíveis e físicos, como construções históricas, monumentos, artefatos destruídos ou não e obras de arte, os quais representam manifestações concretas da cultura e da história de uma sociedade. Em contrapartida, os bens imateriais, abrangem aspectos intangíveis da cultura, como tradições, práticas, expressões, conhecimentos e habilidades transmitidas oralmente ou por meio de práticas sociais (IPHAN, 2024).

O conceito de patrimônio, inicialmente estabelecido pelo Decreto – lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi ampliado por meio da substituição da denominação “Patrimônio Histórico e Artístico” por “Patrimônio Cultural Brasileiro”. Essa alteração incluiu o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, especialmente os de natureza imaterial (IPHAN, 2024). Isso sugere que, embora patrimônio material seja frequentemente favorecido devido à sua natureza física e tangível, é fundamental reconhecer a importância igualmente significativa do patrimônio imaterial na preservação da identidade

cultural e na compreensão da história de uma comunidade ou sociedade. A salvaguarda e o reconhecimento do patrimônio imaterial desempenham um papel crucial na promoção da diversidade cultural e na valorização das formas de expressão cultural que podem estar mais suscetíveis a mudanças sociais e ambientais.

Essa abordagem destaca a importância de uma apreciação integral das técnicas, incorporando não apenas sua natureza intrínseca, mas também os complexos contextos culturais, sociais e históricos que as circundam. Ao contextualizar as técnicas dentro de seus respectivos ambientes históricos e culturais, é possível não apenas compreender os processos técnicos em si, mas também discernir os motivos subjacentes que influenciam suas práticas específicas, bem como as ramificações culturais e sociais associadas.

O que ressalta a iminência de uma análise situada das técnicas, considerando-as em conjunto com seus contextos históricos e culturais, a fim de alcançar uma compreensão mais profunda e abrangente. É o que afirma Milton Santos, em seu livro, *A Natureza do Espaço* (2006) no seguinte exposto:

[...] Ceder a uma interpretação puramente "histórica" das técnicas, isto é, a partir das histórias particulares de cada técnica em cada lugar, seria acreditar no caráter absoluto das técnicas, como se cada qual se definisse em si mesma. Tomada isoladamente, uma técnica é uma virtualidade em estado puro, uma virtualidade máxima, aguardando a sua historicização (SANTOS, 2006, p. 36).

Desse modo, a distinção das esferas englobadas pelo patrimônio cultural e o impacto nos órgãos nacionais tem permitido uma atuação efetivamente ampla, possibilitando o engrandecimento da valorização e preservação das diversas manifestações culturais presentes na sociedade. A partir disso, a contemplação de um espaço de significância para o patrimônio cultural, sejam estes patrimônios a partir de bens ligados à imaterialidade ou a materialidade, evoca recordações de um passado capaz de trazer fatos e vivências experimentadas ali, onde, de alguma forma, fundamentam e explicam a realidade atual.

A partir de então, ressalta-se a importância da compreensão aprofundada para o uso devido os espaços culturais, onde sua preservação é frequentemente impulsionada pela intersecção entre a memória coletiva e os sentimentos associados a determinados lugares, objetos ou práticas culturais. A noção de memória coletiva, defendida por Michael Pollak, desempenha um papel crucial na preservação da coesão social e institucional dentro de uma sociedade, enquanto define as posições relativas e a complementaridade dos diversos grupos e instituições. Nesta busca por coesão e identidade compartilhada, as comunidades urbanas

podem empreender esforços para reinterpretar seu passado, mesclando fragmentos históricos e reconfigurando narrativas de maneira contínua e conjunta (POLLAK, 1989).

O que significa que a compreensão aprofundada da memória coletiva e o papel fundamental dos espaços culturais na preservação e reconstrução dessa memória são cruciais para a formação da identidade cultural de uma sociedade. Essa perspectiva tem implicações significativas para a preservação do patrimônio cultural e para a compreensão da relação dinâmica entre memória, esquecimento e identidade coletiva.

Conforme proposto por Pierre Nora, os "lugares de memória" desempenham um papel crucial na consolidação e salvaguarda da memória coletiva de grupos específicos. Esses locais funcionam como repositórios onde a memória é preservada e protegida ao longo do tempo. Tal conceito descreve espaços e momentos considerados significativos por determinados grupos dentro das sociedades urbanas. Esta dinâmica revela a interseção entre o respeito pelo passado, o senso de pertencimento de um grupo. A intenção coletiva de depositar a memória histórica em locais específicos é essencial para a manutenção desses espaços como símbolos de memória viva. Em contrapartida, na ausência desse desejo de preservação, tais espaços correm o risco de se tornarem meramente históricos, perdendo seu significado como lugares de memória ativos (NORA, 1984).

Assim, o Art. 2º da Carta de Burra, expõe:

O objetivo da conservação é preservar a significação cultural de um bem; ela deve implicar medidas, de segurança e manutenção assim como disposições que prevejam sua futura destinação (ICOMOS, 1980).

Isto reforça que a conservação e proteção de tais patrimônios históricos e culturais é essencial para o resguardo da identidade cultural a níveis municipais, estaduais e federais, onde o intuito é, sobretudo, assegurar a continuidade dos grupos sociais e promover a conexão entre diferentes gerações.

No entanto, na esfera nacional, diversas entidades são designadas para salvaguarda do patrimônio cultural, conforme estipulado pelo Art. 23 da Constituição Federal de 1988. Este artigo atribui, de maneira compartilhada, a união aos estados, municípios e Distrito Federal, a responsabilidade pela proteção, entre outros aspectos, de documentos obras e outros bens de relevância artísticas e culturais.

Nesse panorama, A "educação patrimonial" é uma abordagem pedagógica destinada a promover a conscientização, valorização e preservação do patrimônio cultural, histórico e natural. Este termo refere-se a intervenções educativas inseridas em programas ou projetos

dedicados à conservação do patrimônio, incluindo tanto aspectos materiais quanto imateriais. Inicialmente, essas atividades educativas eram consideradas complementares aos programas de preservação, servindo como um meio de retorno desses programas para a sociedade (MARCHETTE, 2016).

Ou seja, o propósito principal da educação patrimonial é promover a compreensão, apreciação e preservação do patrimônio para as futuras gerações. Além disso, visa estimular uma reflexão crítica sobre o significado do patrimônio, suas múltiplas dimensões e sua relevância para a identidade cultural e coesão social, onde a preservação do patrimônio cultural é intrinsecamente vinculada à participação e engajamento da comunidade. Aloísio Magalhães, aborda a íntima relação da comunidade com a preservação no seguinte exposto:

“A comunidade é a melhor guardiã do patrimônio. [...] Só se protege o que se ama, só se ama o que se conhece (MAGALHÃES, 1997, p. 190).”

Entretanto, ao se discutir o patrimônio histórico, é comum imaginar uma representação estática do passado. Este passado é muitas vezes retratado em museus, onde objetos estão dispostos para evidenciar uma suposta herança coletiva, cujo propósito social pode ser questionável. Por isso, a compreensão de patrimônio não se deve limitar apenas a construções emblemáticas marcantes no período de colonização brasileira. É necessária a correlação entre o vasto campo arquitetônico, neste caso, tido como patrimônio histórico no Brasil, não excludente a alternativas construtivas que se acompanham também da história e formação de um determinado lugar (PAOLI, 1992).

Ou seja, o patrimônio cultural está perduravelmente em constante evolução, refletindo as mudanças na história e na sociedade. Onde, manter o patrimônio em um estado estático impediria sua capacidade de se adaptar e ser reinterpretado de acordo com as demandas e perspectivas atuais. A criação de um espaço é influenciada por múltiplas vertentes onde, cada uma contribui com abordagens distintas que moldam a concepção, a utilização e a experiência de um espaço. Diante dessa ideia, Milton Santos, (2006) destaca a relevância da geografia ao se determinar a “idade de um lugar”.

Será possível falar da idade de um lugar segundo outro critério? Por exemplo, será possível um critério propriamente "geográfico"? Os geomorfólogos o fazem. A observação da incidência local dos processos naturais lhes permite datar áreas inteiras, segundo a disposição das camadas que revelam as fases da história natural (SANTOS, 2006, p. 35).

A construção da memória de um lugar, datada a partir das distintas vertentes que compõem o viés natural do processo de ocupação humana, que mais tardia se torna urbana, faz parte da história natural de um processo de ocupação, o princípio fundamental da criação das cidades. O processo de ocupação espacial exerce uma influência substancial na criação do espaço urbano, determinando a organização, o desenvolvimento e a utilização das áreas urbanas.

Nesse contexto, David Harvey argumenta que a urbanização é impulsionada pela lógica do capitalismo, onde a acumulação de capital molda o desenvolvimento urbano. Ele destaca a importância de entender o espaço urbano como um produto socialmente construído, influenciado por relações de poder e conflito. Onde, o processo de ocupação espacial é intrinsecamente ligado à história e à formação de uma cidade, refletindo as dinâmicas sociais, econômicas e culturais ao longo do tempo, a partir do conceito de “justiça espacial” e o direito à cidade como forma de abordar as desigualdades urbanas e a promoção da participação democrática na formação do espaço urbano (HARVEY, 2005).

1.2 História e Formação da cidade Capelinha

Cada fração da superfície terrestre apresenta um contexto singular de mudança, onde a transição entre diferentes situações ocorre de forma particular. Neste processo, a distinção entre elementos naturais e artificiais varia, assim como as modalidades de sua organização. Tal diversidade reflete a complexidade geográfica, evidenciando que as características de cada região são influenciadas por uma combinação única de fatores naturais e antropogênicos. É o que afirma Milton Santos (2006): Em cada fração da superfície da terra, o caminho que vai de uma situação a outra se dá de maneira particular; e a parte do "natural" e do "artificial" também varia, assim como mudam as modalidades do seu arranjo. (SANTOS, 2006, p.156).

Posto isso, é necessário considerar que a diversidade de caminhos na Terra não é apenas geográfica, mas também social, econômica e cultural. Cada região possui suas próprias características e dinâmicas, moldadas por fatores naturais e intervenções humanas. A interação entre o natural e o artificial é central nesse processo, pois ambos se entrelaçam de maneira intrincada, influenciando o arranjo dos espaços e as modalidades de vida das comunidades locais.

No contexto brasileiro, a tendência singular do povo português em adotar uma estratégia de colonização que combina elementos híbridos e fundamentada na escravidão nos trópicos pode ser atribuída, em grande medida, à sua complexa herança étnica e cultural. Onde, a localização geográfica de Portugal, posicionado entre a Europa e a África, exerceu uma influência substancial na configuração de uma identidade cultural particular que teve um impacto profundo na abordagem adotada pelos portugueses durante o processo de colonização das regiões tropicais. Esta interpretação, caracteriza-se pela fusão de elementos culturais oriundos tanto da Europa quanto da África, além do estabelecimento de práticas extensivas de escravização. Este contexto geográfico e cultural complexo propiciou a adoção de estratégias coloniais distintas, resultando em uma colonização híbrida e escravocrata nos trópicos por parte dos portugueses (FREYRE, 2003).

Nessa perspectiva, dentre as inúmeras influências do espaço urbano em território nacional, destacam-se questões econômicas, implantadas desde a colonização Brasileira, onde diversos ciclos econômicos tiveram impacto significativo na urbanização. O ciclo do ouro no Brasil desempenhou um papel central na transformação da economia e da estrutura demográfica do país. Nesse contexto, Portugal ocupou uma posição secundária como um mero intermediário comercial, enquanto o Brasil se beneficiou financeiramente com a exploração aurífera. Esse período de prosperidade permitiu uma expansão demográfica significativa, resultando em mudanças fundamentais na composição étnica da população. Onde, a predominância dos escravos como maioria foi gradualmente substituída pela ascensão dos imigrantes europeus como a maioria demográfica (FURTADO, 2005).

Em suma, a transição da maioria da população, antes composta por escravos, para a então predominância dos imigrantes europeus no Brasil ilustra a dinâmica do ciclo do ouro, mas também, mas também evidencia implicações culturais significativas para a sociedade brasileira. Esta mudança reflete as complexas interações entre a economia, a demografia e as relações sociais, destacando a necessidade compreender o legado histórico e suas ramificações contemporâneas na estrutura de formação da sociedade brasileira.

A partir dessa compreensão, dado a cidade de Capelinha, localizada a cerca de 68 km da região de Minas Novas, antes nomeada como “Vila do Bom Sucesso” cidade marcada pela intensa influência da exploração de ouro (MACHADO, 2000).

[...] Passando em particular a descoberta do Termo da Vila do Bom Sucesso, convém saber que, correndo o ano de 1727, um dos mais distintos bandeirantes chamado

Brás Esteves, que habitava em o arraial do Rio Avanço [...] fez sair Sebastião Leme do Prado com muitos outros Paulistas[...] Sebastião Leme, seguindo o rumo lernordeste que lhe fora marcado por Brás Esteves, atravessou o rio Araçuaí logo na sua origem e todos os outros até o Tamarandiba e saiu nas cabeceiras do Rio Fanado em dias do mês de junho. E então, seguiu as suas margens onde encontrou falhas ou quebras ou quebras nos filões, betas e pintas de ouro. Estas falhas e intervalos, em que não havia ouro, deu origem á palavra Fanado. Foi parar a confluência de um córrego que se une ao Fanado (ou Taboá), e fazendo ai cata ou exploração de ouro e achando, com efeito, algum material misturado com as areias e cascalhos e logo a flor da terra, deu á aquele córrego nome de Bom Sucesso do Fanado, e levantou imediatamente seus toldos ou barracas resolvido a ficar nesse lugar. Era dia 29 de junho de 1727. E porque poucos dias depois chegou ao mesmo sítio outra tropa aventureira, a qual descendo o rio Fanado até a sua foz no rio Araçuaí, achou muito metal precioso, uniu-se a esta como Sebastião Leme [...] (MATOS, 1981 apud MACHADO, 2000, p. 16).

Posto isso, é necessário considerar também a presença indígena no estado de Minas Gerais, e a sua influência quanto a ocupação territorial, onde atualmente vivem cerca de 800 (oitocentos) mil indígenas, pertencentes a cerca de 305 povos, falando 274 línguas (CAMARGO, 2020). Sobretudo, destacam-se os povos Aranãs de Capelinha, constituintes da tribo do grupo dos Botocudos, os quais, os Portugueses pejorativamente designavam com o nome que referia se aos adornos usados nas orelhas e nos lábios (CEDEFES, s.d.)¹

Estas tribos indígenas, as quais habitavam os Vales Urupuca e Surubim, região onde atualmente compreende parte dos municípios de Malacacheta e Água Boa, localizados nas proximidades de onde hoje, é o atual município de Capelinha (MACHADO, 2000).

Seguindo a logística da exploração do ouro, outras terras foram sendo descobertas a partir da cidade de Minas Novas.

“[...] atendendo as necessidades de guarda e segurança da estrada da Bahia, por onde mais intenso se fazia o tráfego entre o mar e a Capitania do ouro” (LIMA JÚNIOR, 1943, apud MACHADO, 2000, p.45).

Onde, a região que compreendia as nascentes do Rio Fanado e adjacências era tomada como distrito de Alto dos Bois. Observa-se que a região anteriormente denominada Alto dos

¹ CAMARGO, Pablo Matos. BAETA, Alenice. QUEM SÃO? ASPECTOS GERAIS. Cedefes.org.br, 2016. Disponível em:<<https://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque/#:~:text=Em%20Minas%20Gerais%20h%C3%A1%20mais,%2C%20Makuni%2C%20Guarani%20e%20Pankararu>>. Acesso em 22 de abril de 2024.

Bois, era contígua a três divisores de águas e correspondiam quase precisamente a área do antigo município de Capelinha, antes da subdivisão que deu origem a Angelândia e Água Boa. No entanto, o toponímico Capelinha, é frequentemente ausente nos mapas mais antigos, sendo substituído pelo Alto dos Bois, devido a sua significância como referência histórica, representante do primeiro núcleo de povoação do município de Capelinha (MACHADO, 2000).

Em 1801, Manuel Luiz Pego estabeleceu-se próximo a um córrego situado no que é hoje o município de Capelinha, que atualmente leva o seu nome. As terras que ele pretendia ocupar, em uma área de grande extensão, faziam fronteira com territórios ocupados pelos temidos índios Botocudos, que estavam amplamente dispersos pelo vale do rio Doce (MACHADO, 2000).

No mesmo período, determinou-se a edificação de uma simples capela dedicada à Nossa Senhora da Graça. Como resultado, os moradores da região passaram a chamar a fazenda de Capelinha de Nossa Senhora da Graça ou Senhora da Graça da Capelinha. Com o passar do tempo, diversos habitantes migraram para as proximidades, dando origem ao arraial. Porém, a criação do município ocorreu apenas em 24 de fevereiro de 1913, tornando-se essa a data mais relevante comemorada em Capelinha. Na época, ainda não havia o sistema de prefeituras, o qual foi estabelecido somente em 1930 por Getúlio Vargas. Os municípios eram então geridos por um Agente Executivo Municipal (MACHADO, 2000).

Antiga igreja Matriz de Capelinha, a qual teve sua construção iniciada em 1817, e demolida em 1952. A figura abaixo (01) mostra a foto da construção inicial da igreja matriz da cidade.

Figura 01 – Igreja Matriz da cidade, em seu ano de construção, 1820.



Fonte: Prefeitura de Capelinha (1902).

A partir de então, após a criação do município fundamentada em questões religiosas e cristãs, nasceu a cidade de Capelinha. Com o passar dos anos, influenciada globalmente por questões políticas, nacionais e estaduais, a cidade de Capelinha, passou por sucessivos progressos em distintos vieses constituintes da sociedade Capelinhense, tais quais políticos, sociais, econômicos, religiosos e culturais (MACHADO, 2000).

1.2.1 Patrimônios e Acervo Cultural de Capelinha

Seguindo a abordagem teórico-metodológica da realidade social, conforme discutido por Smith, a sociedade passa a ser concebida não apenas como usuária passiva do espaço, mas como sua produtora ativa. Esse entendimento inverte a lógica tradicional de compreensão do espaço, destacando que nós não apenas habitamos, agimos ou trabalhamos "no" espaço, mas, de fato, o produzimos por meio de nossas atividades cotidianas. Nessa ótica, o espaço do patrimônio cultural vai além de ser meramente um substrato físico no qual se baseiam a cultura e a história de determinado local. Na verdade, ele é resultado da interação complexa entre diversos agentes sociais envolvidos nos processos de transformação dos espaços

culturais em espaços patrimoniais (SMITH, 1988). A figura abaixo (Figura 02) retrata o momento de inauguração da antiga prefeitura da cidade.

Figura 02 – Inauguração da antiga prefeitura da cidade.



Fonte: Arquivo Pessoal (1965).

Posto isso, após a designação da Cidade de Capelinha como município, diversas influências contribuíram para a formação do contexto cultural local. O processo de urbanização da cidade desempenha um papel fundamental como gerador de práticas culturais no espaço urbano em desenvolvimento.

Sob a administração de aproximadamente 27 prefeitos e vários políticos influentes, o município realizou diversas intervenções na área da construção civil visando o desenvolvimento urbano. Isso incluiu a construção da sede da Prefeitura Municipal, do Fórum e da Câmara Municipal. A implantação desse espaço, advinda de “fundos de quintais” de proprietários de terras locais, cedeu espaço a um reverente, mesmo que pequeno, centro para a cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA, 2002).

No entanto, advinda dessas mudanças em prol do desenvolvimento urbano, o espaço foi ocupado por diferentes setores ao longo do tempo. Em 1984, o Fórum foi realocado para um novo espaço. Em dezembro de 1988, a sede da prefeitura foi também transferida para um novo espaço, e em 2004, a Câmara Municipal foi realocada para outro local. Em janeiro de

1991, o mercado, previamente localizado no 1º piso, também foi transferido para uma nova área (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA, 2002). A figura abaixo (Figura 03) ilustra a edificação no ano de 2012.

Figura 03 – Antiga prefeitura da cidade, no ano de 2012.



Fonte: José Carlos Machado apud Prefeitura Municipal de Capelinha (2022).

Ainda no campo arquitetônico, destaca-se também o Chalé do fim do século, construção emblemática proveniente do ano de 1898. O chalé, foi tombado em 2004, pelo patrimônio histórico (IPATRMÔNIO, 2024). As figuras abaixo (Figura 04 e 05) retratam o contraste e a preservação da edificação, propondo um comparativo entre antigo e novo, respectivamente.

Figura 04 – Chalé Fim do Século em 1898.



Fonte: Arquivo Pessoal (1898).

Figura 05 - Chalé de Fim do Século no ano de 2024.



Fonte: Próprio autor (2024).

Em suma, essa intensa conversão entre a ocupação dos espaços públicos, sugere o intenso processo de urbanização sob o qual a cidade se desenvolvia. No contexto da produção social e transformações do espaço, Santos (1978) destaca os objetos espaciais edificados em tempos passados, que permanecem e resistem às mudanças atuais. Ele os chama de

"rugosidades espaciais", testemunhas da memória e dos processos de produção do passado, fixados na paisagem. Isso indica que o espaço é durável e algumas vezes se adapta às mudanças sociais, enquanto outras vezes novas formas são criadas. Nesse contexto, essas "rugosidades" frequentemente constituem o acervo de elementos que testemunham o processo histórico de formação, contribuindo para a criação do patrimônio cultural.

Posto isso, a cidade de Capelinha, dispõe de um vasto acervo cultural, incluindo materialidade e imaterialidade. Um exemplo disso, é a Folia de Reis, uma manifestação católica, cultural e festiva. Essa celebração é feita por grupos de pessoas conhecidas como "foliões", os quais percorrem, casas comunidades e igrejas, cantando músicas típicas e realizando representações teatrais que recontam a jornada Reis Magos, até Belém (IPATRIMONIO,2024).

A influência religiosa na cultura de Minas Gerais é profundamente enraizada e abrange uma variedade de tradições e práticas religiosas. Proveniente do período de colonização, os portugueses, com o intuito de expandir seu domínio colonial e converter as populações locais ao cristianismo, utilizaram a propagação da fé como uma motivação para conquista. Em colônias mais distantes, eles introduziram os costumes e tradições da mãe pátria, visando impressionar a imaginação dos povos não cristãos por meio da grandiosidade das cerimônias religiosas. Essa estratégia reflete a interseção entre os interesses políticos, econômicos e religiosos dos portugueses na construção e consolidação de seu império colonial (MORAIS FILHO, 1946).

Outro exemplo de patrimônio histórico e cultural da cidade, é o artesanato em barro do Vale do Jequitinhonha. O qual destaca-se como uma importante expressão cultural de Minas Gerais. O processo de produção é totalmente manual, com artesãos e artesãs dominando todas as etapas, desde a extração do barro até a construção dos fornos para a queima. Além de transmitirem seus conhecimentos e técnicas às gerações mais jovens, eles desenvolveram uma vasta gama de expressões artísticas, que vão desde peças utilitárias para o cotidiano até obras que retratam cenas cotidianas, vivências, sentimentos e crenças. Essa cerâmica regional é valorizada pelos seus aspectos estéticos e foi reconhecida como Patrimônio Cultural do Estado de Minas Gerais em dezembro de 2018. Os trabalhos com barro, responsáveis pela criação das cerâmicas tão características do Vale, têm origem no trabalho das mulheres, a quais estão sempre sendo representadas nos artesanatos, a partir de esculturas de mulheres distintas e expressivas (IEPHA, 2016).

Figura 06 – Artesanato de barro produzido e vendido na cidade de Capelinha



Fonte: Próprio Autor (2024).

A produção das artes em barro, são geralmente moldadas por mulheres do Vale do Jequitinhonha. Elas sempre expressam em suas obras de artes, figuras emblemáticas na vida das ceramistas. Em especial, evidenciam mulheres expressivas, com características pontuais e bem demarcadas. Na figura abaixo, (Figura 07) é possível analisar proximamente os detalhes nas expressões das obras de arte.

Figura 07 - Caricatura reproduzida nas artes de barro



Fonte: Próprio autor, 2024.

No entanto, o ICMS Patrimônio Cultural programa de incentivo a preservação do patrimônio cultural do estado, a partir da Tabela de Pontuação Provisória dos municípios, evidência uma pontuação mediana de 18,45 quanto á preservação do patrimônio cultural, se comparada a Ouro Preto, cidade líder de pontuação (52,00). No entanto, ainda sim, a cidade se encontra ainda acima da média (11,66) (IEPHA, 2023). As tabelas abaixo (Tabela 01 e 02), apontam a pontuação provisória atualizada do ano de 2023, e propõem um comparativo entre elas.


GOVERNO
MINAS
 GOVERNADOR
 DE MINAS GERAIS
 ALCANTARA
 DE
 MINAS GERAIS
 GOVERNADOR
 DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS IEPHA/MG

Governo do Estado de Minas Gerais

DIRETORIA DE PROMOÇÃO - GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO COM MUNICÍPIOS

ICMS Critério do Patrimônio Cultural – Lei Estadual 18.030/2009 – (Deliberação Normativa CONEP 01-2021 e Portaria 35 de 23-09-2022,

PONTUAÇÃO PROVISÓRIA – EXERCÍCIO 2024

PONTUAÇÃO TOMBAMENTOS
QUADRO II-B e QUADRO III-A

[illegible]

Página 5 de 3

Tabela 02 – Tabela de Pontuação Provisória – ICMS

MUNICÍPIO													PONTUAÇÃO TOMBAMENTOS												PONTUAÇÃO REGISTROS				PONTUAÇÃO TOTAL																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	PROTEÇÃO FEDERAL E/OU ESTADUAL Anexo II da LEI 18.030/09 TOMBAMENTOS				PROTEÇÃO MUNICIPAL Anexo III da LEI 18.030/09 REGISTROS				AB	AC	AD																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
																			T	U	V	W	X	Y	Z	AA				F/E/M	4																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
	PONTUAÇÃO POLÍTICA CULTURAL QUADRO I - A	PONTUAÇÃO INVESTIMENTOS E DESPESAS QUADRO I - B	PONTUAÇÃO INVENTÁRIO QUADRO II - A	Até 2.000 domicílios	De 2.001 a 3.000 domicílios	De 3.001 a 5.000 domicílios	Acima de 5.000 domicílios	Área de 0,2 a 1,9 hectare	Área de 2 a 4,9 hectares	Área de 5 a 10 hectares	Área acima de 10 hectares	De 1 a 5 unidades	De 6 a 10 unidades	De 11 a 20 unidades	Acima de 20 unidades	De 1 a 20 unidades	De 21 a 50 unidades	Acima de 50 unidades	PROTEÇÃO MUNICIPAL calculada com base no ANEXO II da LEI ESTADUAL 18.030/09 e DN 06/2018 - QIIB, QIIIA				SOMATÓRIO PARA CÁLCULO DE PONTUAÇÃO PELOS TOMBAMENTOS - F / E / M (QI B / QIII A)				Pontuação relativa a 70% da nota dos tombamentos				PONTUAÇÃO FINAL TOMBAMENTOS QUADRO II - B / QUADRO III - A				Pontuação calculada com base no ANEXO II da LEI ESTADUAL 18.030/09 e DN 06/2018				PONTUAÇÃO EDUCAÇÃO e DIFUSÃO QUADRO III - C / QUADRO III - D		Pontuação Máxima 2,00 pontos																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
				NH	NH	NH	NH	CP	CP	CP	CP	BI	BI	BI	BI	BM	BM	BM																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				

O que sugere, uma inobservância quanto aos patrimônios locais. Pois, quando o patrimônio cultural não é devidamente reconhecido, preservado e valorizado, várias consequências negativas podem surgir.

Isso inclui a perda de identidade cultural, o empobrecimento do ambiente urbano e rural, a descaracterização de áreas históricas, a degradação de monumentos e sítios arqueológicos, e a perda de oportunidades de desenvolvimento cultural, educacional e econômico. O que alega, uma espécie de “fragilidade” no reconhecimento da população quanto aos seus patrimônios, intimamente ligado à memória coletiva e ao pertencimento. É o que Oosterbeek defende no seguinte exposto:

[...] O Patrimônio tem a ver com a memória, mas principalmente com a identidade ou com as identidades. Nós reconhecemo-nos vários grupos a que, simultaneamente, pertencemos através da intervenção de objetos, palavras ou cores do passado que invadem o nosso presente. Não os acarinhemos do mesmo modo, e atribuímos-lhe diferentes valores, mas partilhamos estas fronteiras com o passado (OOSTERBEEK, 2007, p.136).

Em suma, a ausência de conhecimento histórico acarreta diversas consequências negativas tanto para indivíduos quanto para as sociedades. Essa lacuna pode resultar em uma desconexão significativa com as raízes culturais de identidade, enfraquecendo o senso de pertencimento e coesão social. Ademais, a falta de conhecimento histórico pode abrir espaço para a manipulação e distorção da história por interesses políticos ou ideológicos. Isso alimenta narrativas falsas ou simplificadas que, por sua vez, podem perpetuar estereótipos, preconceitos e conflitos. Portanto, é crucial promover a educação histórica e o acesso à história de maneira ampla e inclusiva, a fim de evitar perdas históricas. Um exemplo disso, foi a demolição da 1ª (primeira) Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça, realizada em 1952, pelo então prefeito Rosaldo Alves de Oliveira (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA, 2002.)

A demolição da antiga igreja matriz de Capelinha, é designada pelo autor do livro Senhora da Graça de Capelinha, José Carlos Machado, como um “crime imperdoável” (MACHADO, 2020).

2 – ESTUDOS DE CASO

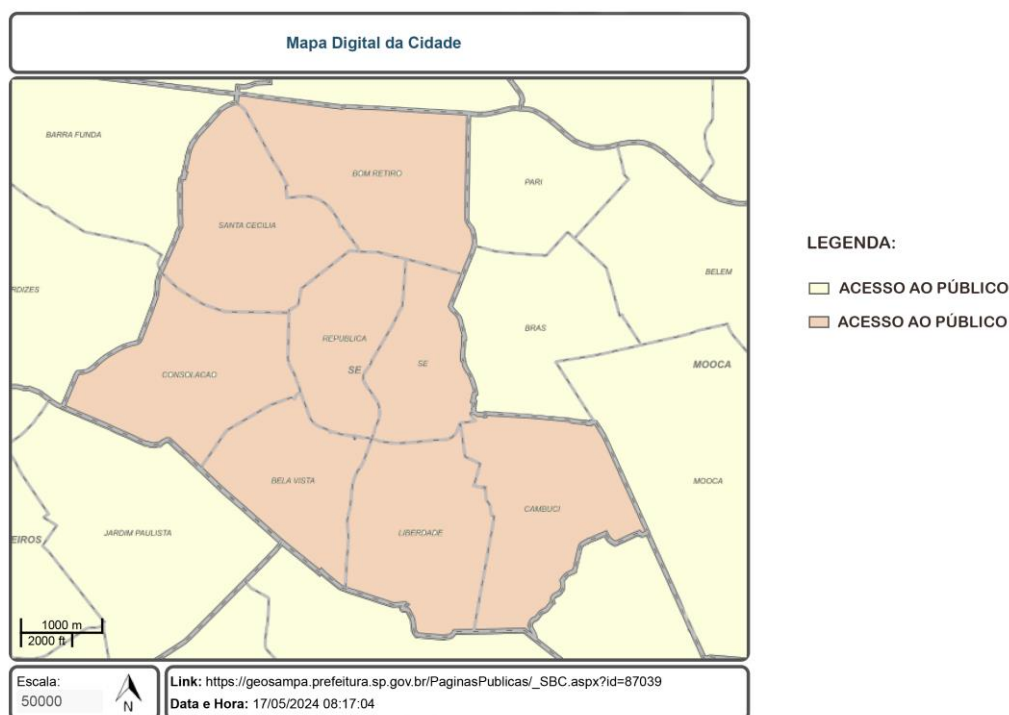
Estudos de caso são fundamentados em análises detalhadas de projetos arquitetônicos específicos. Estes, proporcionam uma variedade de perspectivas cruciais para a compreensão integral quanto aos avanços de um projeto. As análises funcionais dos projetos examinados destacam as soluções de layout, soluções de plantas, requisitos do programa de necessidade, materiais utilizados, técnicas construtivas e a relevância da obra em relação ao contexto espacial em que está inserida, entre inúmeros outros pontos.

A partir de então, para uma compreensão do funcionamento dos Espaços Culturais, foram examinados três importantes projetos nacionais e internacionais, fundamentais para a evolução da proposta. Em primeiro plano, será estudado o caso da Praça das Artes, na cidade de São Paulo – SP, um complexo cultural originado a partir de uma intervenção realizada no centro de São Paulo. Por decorrência, o projeto do CCEI – Centro Cultural Ecológico Imagina – o qual conta com premissas ecológicas e sustentáveis como fundamento principal de projeto. Por fim, será apresentado o estudo de caso do Centro Cultural RedBull Station, localizado também em São Paulo, a partir de práticas coerentes as premissas do patrimônio cultural da cidade de São Paulo.

2.1 Praça das Artes – São Paulo

O projeto da Praça das Artes teve como intuito resolver a falta de espaço nos bastidores e salas de ensaio do Teatro Municipal de São Paulo. Recebeu prêmios importantes, incluindo Melhor Obra de Arquitetura de 2012 pela Associação Paulista de Críticos de Arte e o Edifício do Ano de 2013 pelo Icon Awards. Em 2014, foi finalista dos 'Projetos Impressionantes das Américas' da Mies Crown Hall Americas Prize. Localizada no Centro Histórico de São Paulo, de responsabilidade da empresa Brasil Arquitetura, a qual soluciona uma considerável dualidade desafiadora: atender às demandas de um programa abrangente, abraçando várias novas atividades artísticas relacionadas à música e ao movimento corporal, além de responder de forma clara e inovadora a uma realidade física e espacial já existente, caracterizada por uma intensa vida urbana e uma comunidade vibrante (PORTAL VITRUVIUS, 2013). Na figura abaixo, é exposta a localização da SE, região central de São Paulo, onde fica localizada a Praça das Artes.

Figura 08 - Mapa Localização da região da SE, região central de São Paulo.



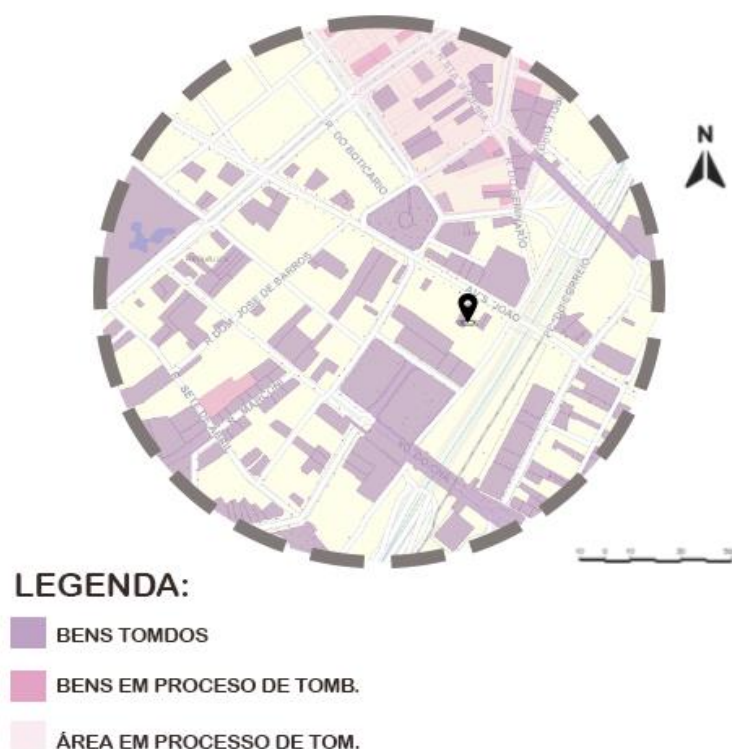
Fonte: São Paulo, 2024. Adaptado pela autora.²

É válido ressaltar, que a região central de São Paulo é alvo de uma intensa urbanização, impactando significativamente os patrimônios culturais. Esse processo, modernizou a infraestrutura e revitalizou algumas áreas degradadas, no entanto, esse processo de “modernização” também resultou na destruição e descaracterização de muitos edifícios históricos e espaços públicos tradicionais. Onde, os conceitos focavam em edifícios isolados, e a preservação se concentrava naqueles que se destacavam ou eram emblemáticos como monumentos históricos e artísticos, valorizados principalmente por sua antiguidade ou beleza (CARLOS, 2009). Os pontos históricos da cidade de São Paulo, evidenciam a preservação quanto ao campo arquitetônico e a história das construções. No mapa abaixo (Figura 09), é possível localizar a frequência dos pontos históricos no centro da cidade do de São Paulo, incluindo a Praça das Artes.

² GEOSAMPA, 2024. Disponível em: >https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx.

Acessado em 10 de maio de 2024.

Figura 09 - Mapa de bens patrimoniais tombados, e em processo de tombamento na região central de São Paulo:



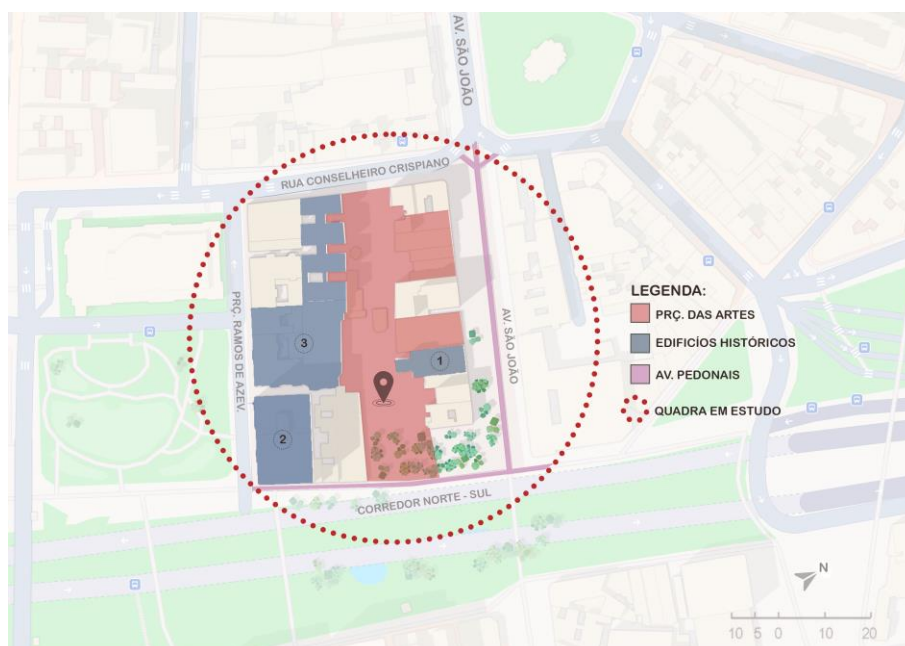
Fonte: São Paulo, 2024. Adaptado pela autora.³

A partir da compreensão da presença de inúmeros bens patrimoniais tombados e em processo de tombamento é possível entender o papel fundamental na preservação da história, na promoção do turismo cultural, na educação, no desenvolvimento sustentável e na valorização do espaço público, enriquecendo a vida da cidade e de seus habitantes. Logo a construção cujo entorno é frequentemente evidenciado pelos seus patrimônios culturais, acaba funcionando com um centro de produção artística e cultural local. Na figura abaixo (Figura 10), seguem os patrimônios culturais presentes na quadra onde está localizada a Praça das Artes.

³ Bens Protegidos. GEOSAMPA, 2024. Disponível em:

><https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/SBC.aspx>. Acessado em 10 de maio de 2024.

Figura 10 - Mapa localização da quadra onde está implantada a Praça das Artes, e os respectivos prédios históricos do local.



Fonte: São Paulo (2024). Adaptado pela autora (2024).⁴

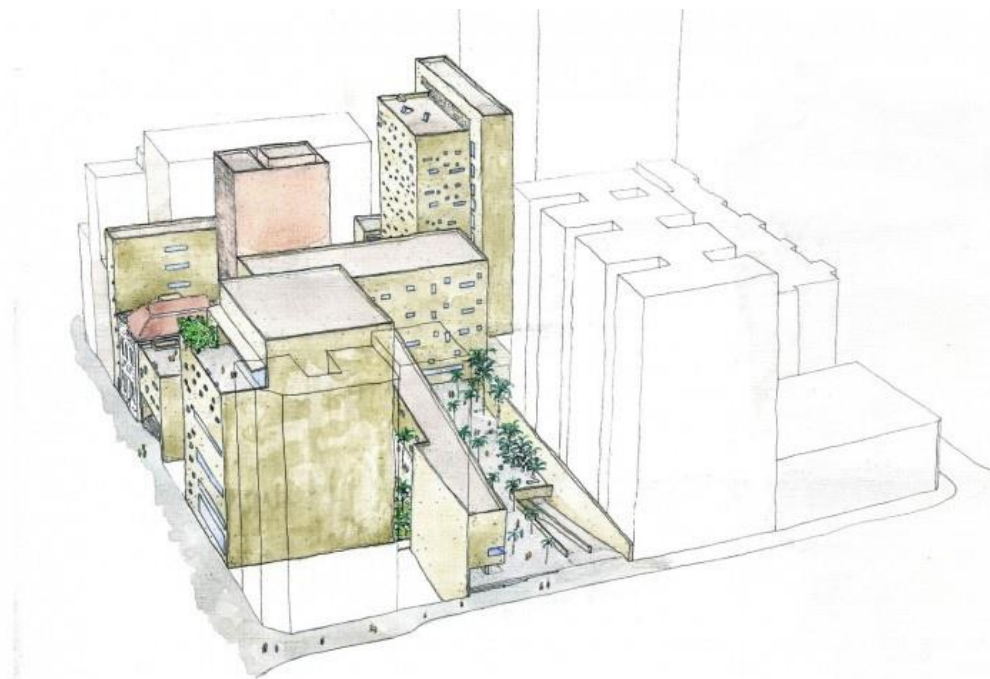
O que sugere, uma das principais características do complexo: sua capacidade de surpreender as pessoas ao atender tanto como uma instalação cultural quanto ao promover a requalificação do centro de São Paulo. Partindo do centro do terreno, o conjunto se expande em três direções: em direção ao Vale Anhangabaú (Rua Formosa), a Avenida São João e a Rua Conselheiro Crispiano, ocupando áreas e gerando espaços vazios (PORTAL VITRUVIUS, 2013).

O projeto é conceituado a partir da ideia de interação entre a arquitetura pré-existente antiga e a contemporaneidade diante da intensa mutação do centro urbano paulista. Com o intuito de criar um contraste entre novo e antigo, de forma que, não desconsidere o entorno do edifício. A partir disso, o partido se manifesta, ao empregar núcleos cruzados, fazendo com que o edifício se harmonize e complemente a vizinhança dentro de suas tonalidades, numa tentativa de integrar o espaço. No entanto, o uso intencional do tom de cobre em um único bloco, destaca uma nova arquitetura, além do design a partir de volumosos blocos de concreto armado nas fachadas, que traz características modernistas.

⁴ Bens Protegidos. GEOSAMPA, 2024. Disponível em:

><https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/SBC.aspx>. Acessado em 10 de maio de 2024.

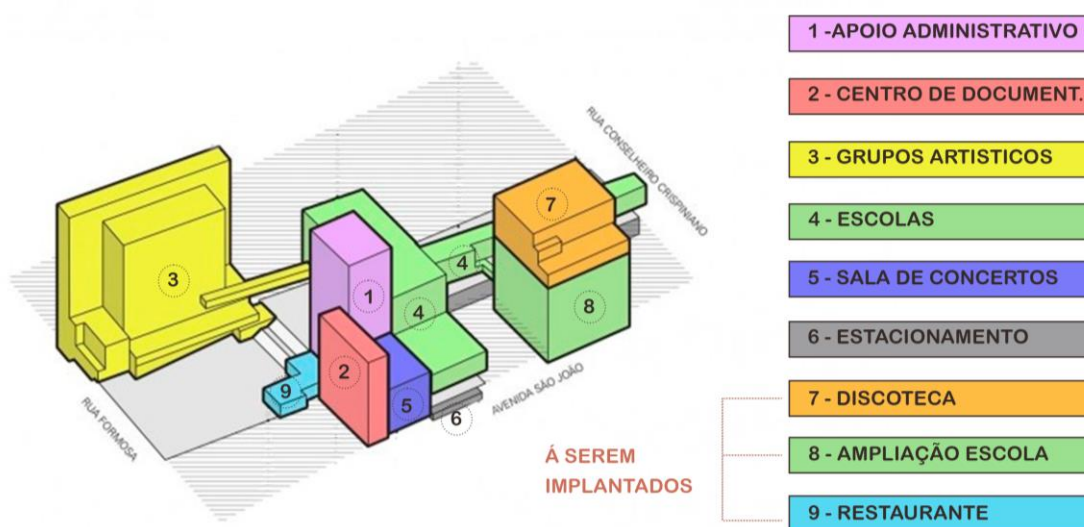
Figura 11 - Croqui inicial da praça das artes.



Fonte: Abílio Guerra, (2012).

O projeto da Praça das Artes, foi iniciado em dezembro de 2006 e concluído em dezembro de 2012 (inauguração parcial). A área total construída é de 28.461, 63m² em um terreno de 7.210 m². Sua implantação da Praça das Artes envolve a unificação de vários edifícios com distintos usos definidos a partir de setores. Dentre esses, estão inclusos: apoio administrativo, centro de documentação, edifícios destinados a grupos artísticos, escola de dança e música, conservatório histórico, sala de concerto e estacionamento. Também serão implantados, uma discoteca, expansão da escola de música e dança além do restaurante (PORTAL VITRUVIUS, 2013).

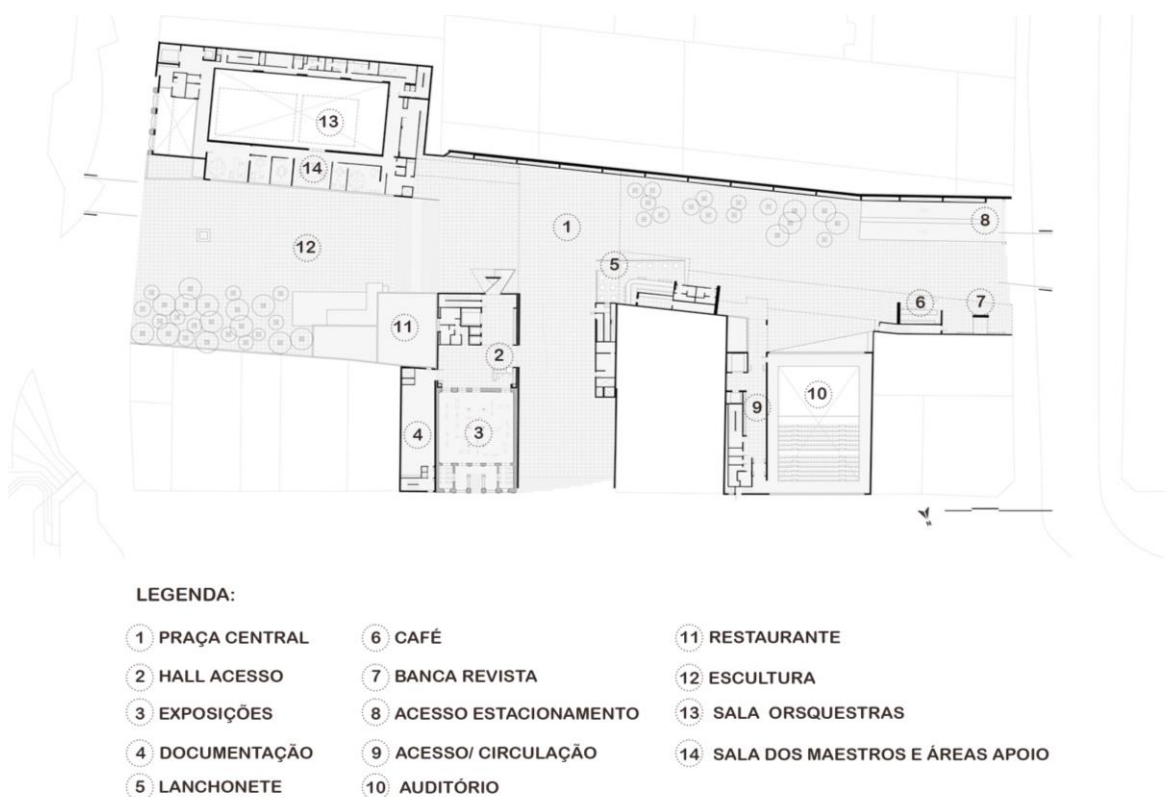
Figura 12 - Subdivisão espacial da Praça das Artes.



Fonte: Abílio Guerra (2012). Adaptado pela autora (2024).

A configuração do espaço, tinha como objetivo desenvolver um espaço “contornando” o prédio do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Resultando em uma estrutura híbrida de edifícios e praça, mesclados de maneiras acessível. A partir do diagrama, exposto (Figura 13) fica evidente que a Praça das Artes foi construída em grande escala, com os edifícios interligados formando um centro cultural significativo. Para uma análise mais aprofundada, serão apresentadas plantas de dois pavimentos essenciais para o desenvolvimento do projeto. A planta principal da edificação, o pavimento térreo, responsável por fornecer acesso aos demais pavimentos do projeto e conectar as principais ruas ao redor da edificação. A planta principal da edificação, o pavimento térreo, cuja função primordial é fornecer acesso aos demais pavimentos do projeto e conectar-se às principais vias circundantes. A praça emerge como o ponto central, proporcionando acesso a todas as áreas, incluindo salas de exposições, quiosque de revistas, auditório, café, lanchonete, restaurante, sala de ensaios para orquestras, estacionamento e sala para maestros. Segue nas figuras abaixo (Figura 13 e 14) as plantas do espaço cultural.

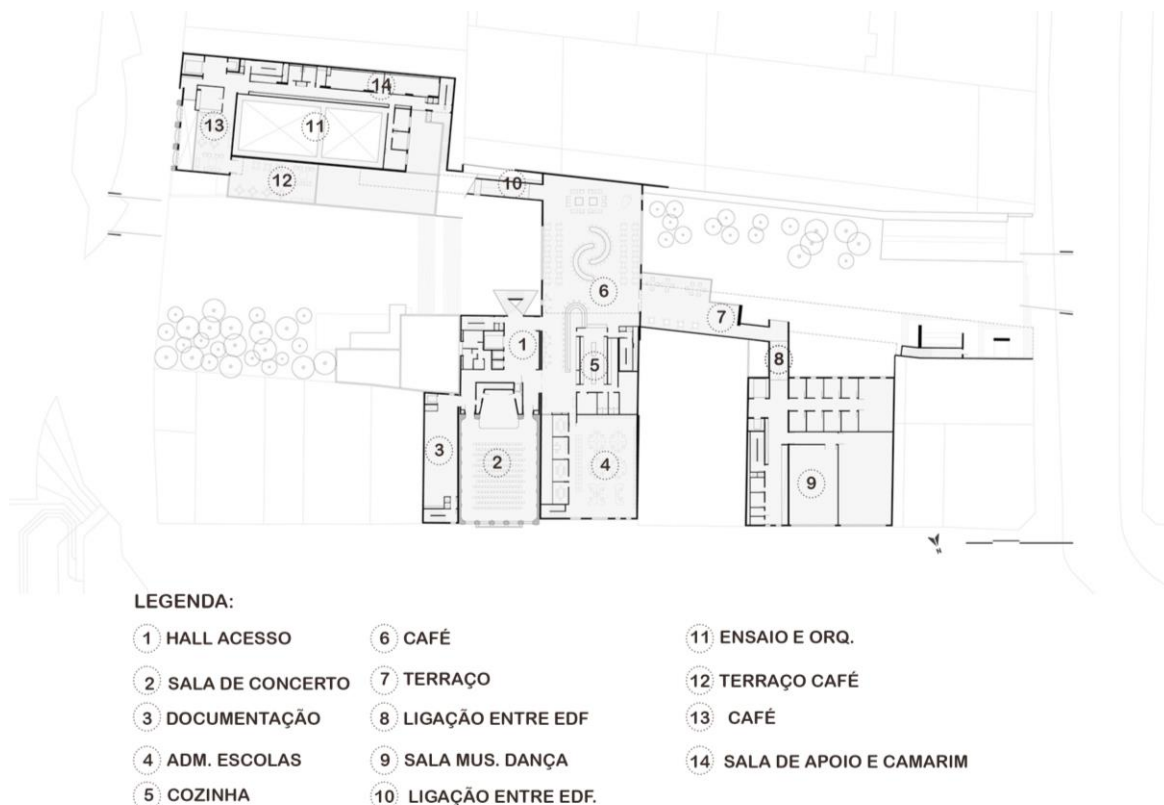
Figura 13 - Planta do pavimento térreo.



Fonte: Abílio Guerra, (2012). Adaptado pela autora (2024).

O acesso ao primeiro pavimento do centro cultural pode ser realizado tanto por escadas quanto por elevadores. Onde o primeiro pavimento da edificação, considerado também um dos principais, por dispor conexões entre os prédios e garantir a acessibilidade para todos os usuários. Observando a estrutura, nota-se que o hall de entrada interliga a sala de concerto, a administração das escolas e a área de documentação. As salas de dança são acessadas pelo terraço, que por sua vez proporciona acesso ao restaurante, conectando também a sala de camarins da orquestra e o café.

Figura 14 - Planta do primeiro pavimento.



Fonte: Abílio Guerra, (2012). Adaptado pela autora (2024).

Quanto à implantação da edificação no terreno, a partir da análise do corte esquemático, torna-se evidente como a edificação foi integrada ao terreno e as soluções arquitetônicas empregadas para maximizar o aproveitamento do complexo. Nota-se que o estacionamento foi estrategicamente posicionado no subsolo, com dois pavimentos, enquanto o térreo da edificação está situado em uma área aberta, protegida por marquises de concreto. Esta área funciona como um espaço de passagem, permanência e ponto de acesso aos demais pavimentos. A figura (Figura 15) a seguir expõe o corte esquemático do projeto.

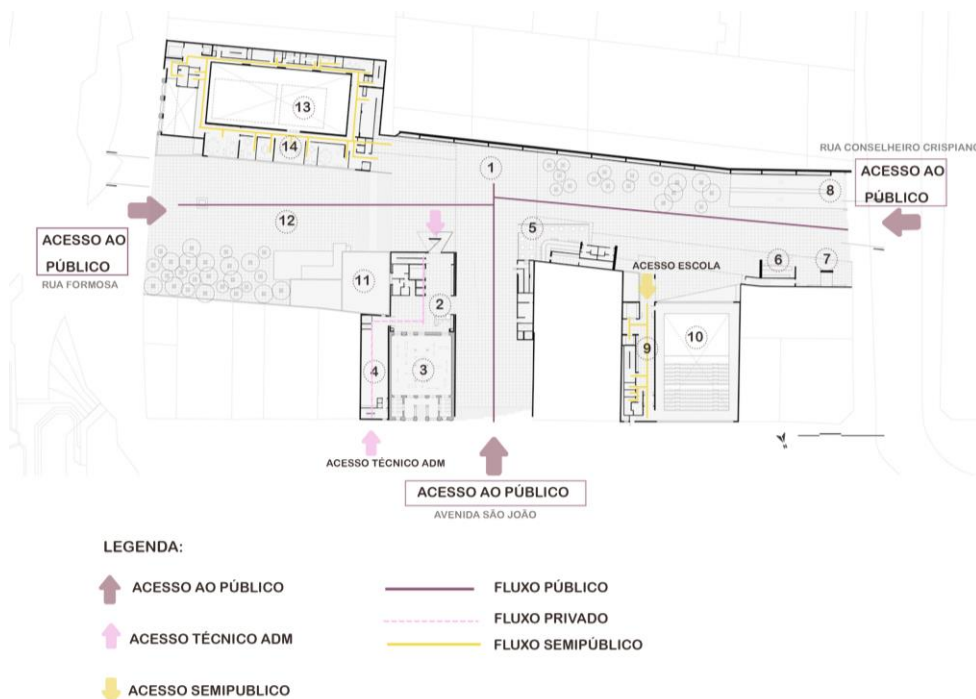
Figura 15 - Corte esquemático do prédio.



Fonte: Abílio Guerra, (2012). Adaptado pela autora (2024).

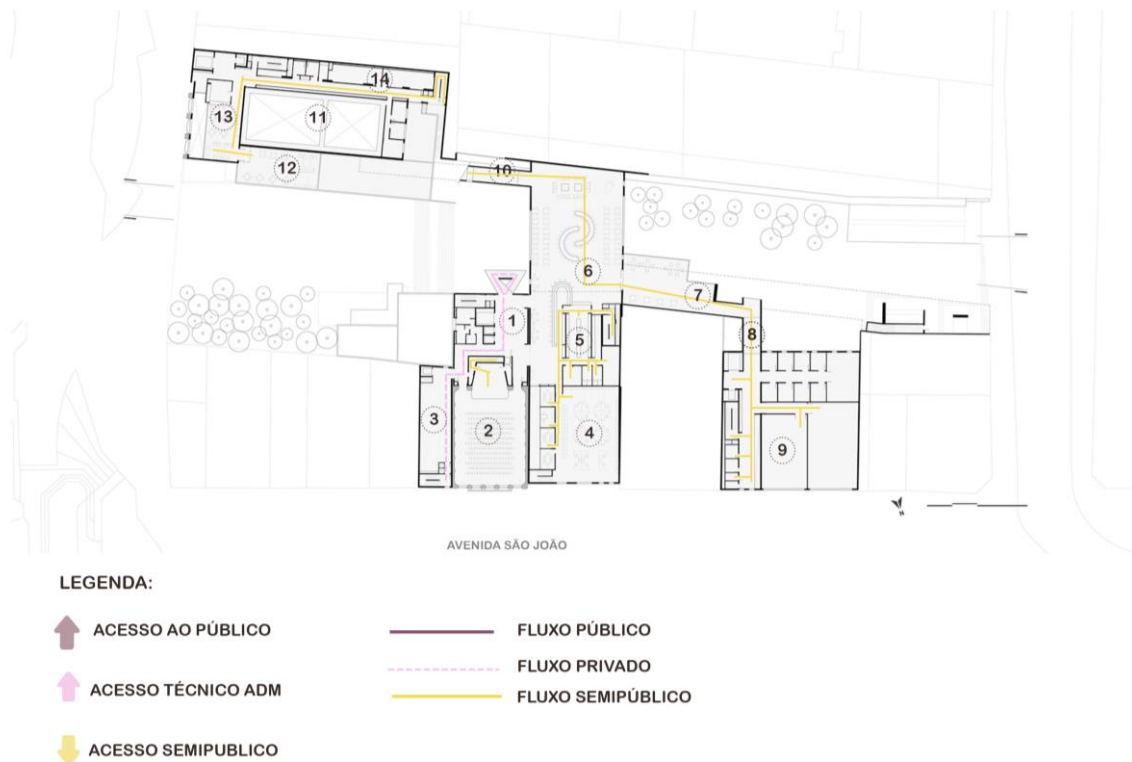
Os fluxos da Praça das Artes, é dada por 3 acessos. Na Avenida São João, é dado o acesso principal da edificação. Na Rua Formosa e Rua Conselheiro Crispiano, são dados os acessos secundários. Criando entradas adjacentes que dão acesso a praça das artes, interligadas por um grande pátio central. Nas figuras abaixo (Figura 16 e 17), estão dispostas as distribuições do público, subdividas em três, sendo estes: circulação pública (área de acesso facilitado a todos os públicos; circulação privada (áreas acessadas pela gerência administrativa e apoio técnico geral); circulação semipública (envolve o acesso a escola, atividades e áreas que exigem identificação) a partir do diagrama de fluxos.

Figura 16 - Fluxograma do pavimento térreo.



Fonte: Abílio Guerra, (2012). Adaptado pela autora (2024).

Figura 17 - Fluxograma do pavimento térreo.



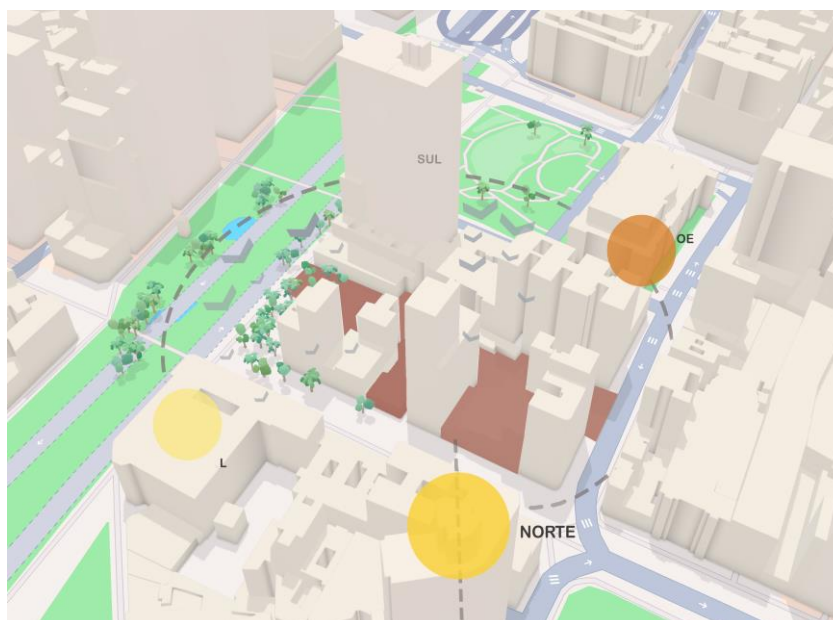
Fonte: Abílio Guerra (2012). Adaptado pela autora (2024).

Posto isso, segundo dados do IBGE (2000), na década de 1940, o Centro abrigava 33,4% da população da cidade. Esse número caiu para 3,96% em 2000, resultando em cerca de 40.000 edifícios abandonados na região central (IBGE, 2006). Além disso, o censo demográfico realizado pelo IBGE em 2022 registrou uma densidade populacional de 7.528,26 habitantes por milhão quadrado (IBGE, 2022).

Ou seja, o aumento da densidade populacional exerce uma influência significativa sobre o centro de São Paulo, tal crescimento demográfico implica em pressões adicionais sobre os recursos públicos, incluindo transporte, saúde e segurança, podendo ocasionar congestionamentos viários e sobrecarga nos sistemas de transporte. Logo, substancialmente, o adensamento pode modificar a paisagem urbana e a atmosfera local, impactando a identidade e a vitalidade do centro urbano.

Considerando o exposto, ao analisar o mapa de orientação solar, e a vizinhança da Praça das Artes, é perceptível a presença de edifícios altamente verticalizados, os quais afetam negativamente o acesso à luz solar e à ventilação. Essa condição prejudica aspectos como a acústica, climatização e conforto térmico do ambiente. No diagrama de insolação a seguir (Figura 18), é possível observar o entorno com prédios de intensa verticalização.

Figura 18 - Orientação solar.

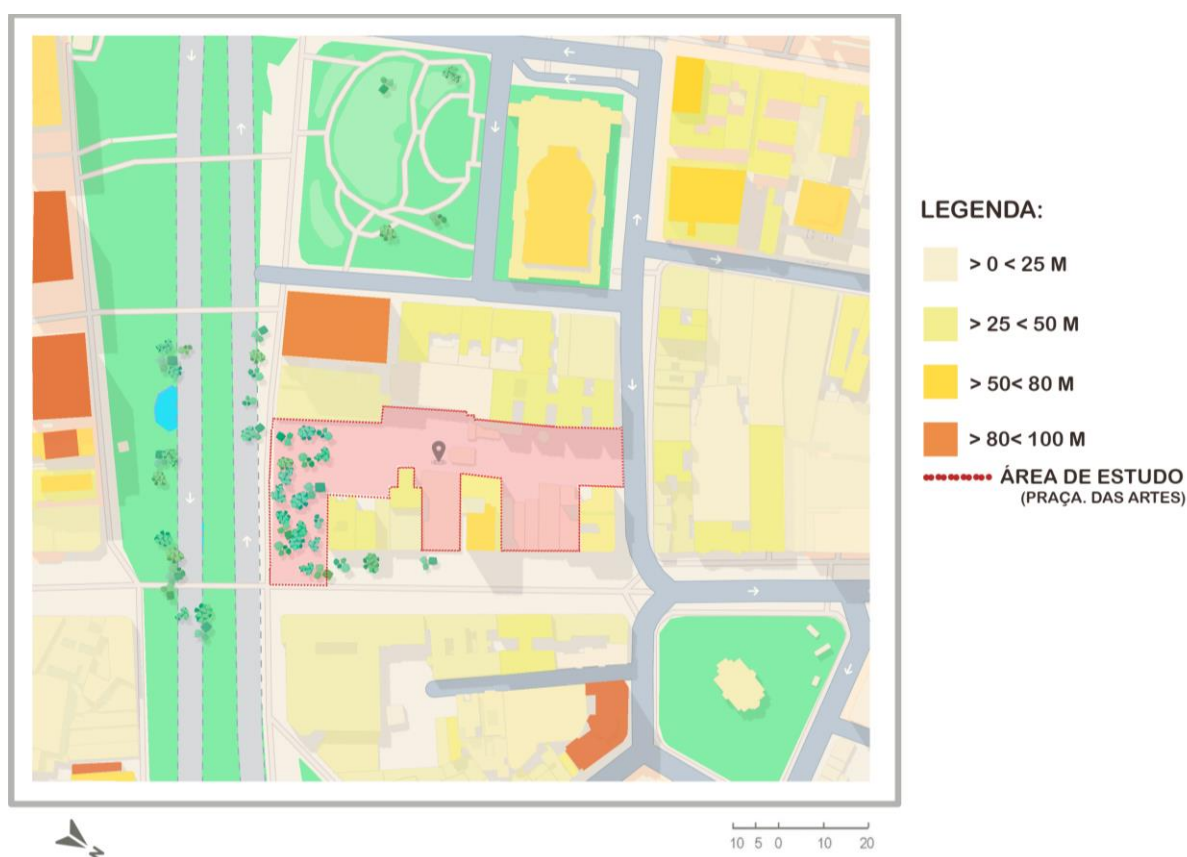


Fonte: MapBox, 2024. Adaptado pela autora (2024). ⁵

⁵ MAPBOX, 2024. Disponível em> <https://studio.mapbox.com/styles/debccoelho/clvlb0x2g06iv01nuf1h13faj/edit/#16.23/-23.544434/-46.637059/-60.2>. Acessado em 10 de maio de 2024.

A configuração dos edifícios pode bloquear ou redirecionar o fluxo de vento, afetando o conforto térmico da região. Em alguns casos, isso pode levar a ilhas de calor, onde a temperatura ambiente é significativamente mais alta do que nas áreas circundantes, tornando o ambiente menos habitável e aumentando a demanda por sistemas de energia. A partir da análise do mapa de gabaritos (Figura 19), é notável a concentração populacional e a construção de diferentes áreas com impacto visual na análise do entorno imediato.

Figura 19 - Mapa de gabaritos, fundamento na altura dos edifícios que configuram o entorno imediato da edificação.



Fonte: São Paulo (2024). Adaptado pela autora (2024).⁶

Em suma, o projeto demonstra uma capacidade notável de integrar os espaços internos e externos, proporcionando uma área de transição no pavimento térreo que não só cria uma sensação de pertencimento, mas também facilita o fluxo de pedestres na região. As escalas diversas envolvidas e a riqueza dos programas contemplados apontam para um projeto acertado, que enriquece o grande centro da maior metrópole do Brasil.

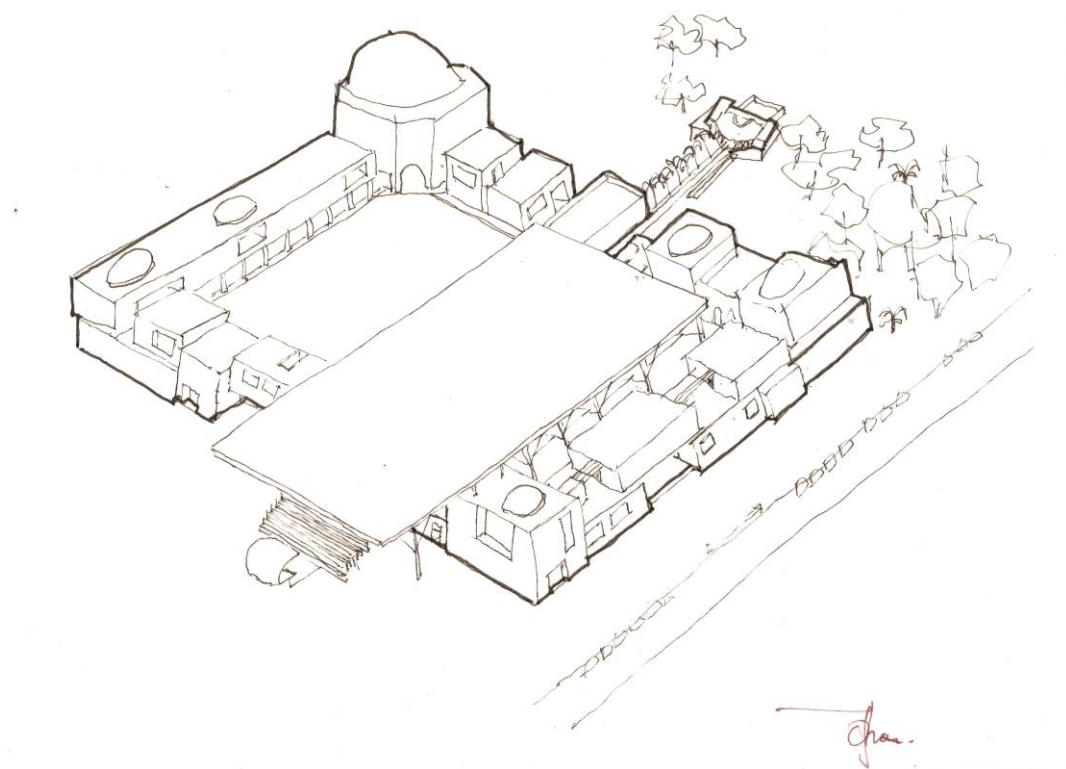
⁶ GEOSAMPA, 2024. Disponível em:> https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acessado em 11 de maio de 2024.

2.2 Centro Cultural e Ecológico Imagina – México

O conceito do Centro Cultural e Ecológico (CCEI) surgiu em colaboração com os promotores da IMAGINA Biblioteca Infantil AC, em resposta à necessidade de estabelecer uma sede para a orquestra infantil Los Castillos na cidade de León, Gto. Esta cidade enfrenta desafios significativos de marginalização e questões socioambientais, e busca promover mudanças na vida comunitária através da música e da ecologia (WORDPRESS, s.d).

A figura 20, apresenta o croqui inicial do projeto.

Figura 20 - Croqui do projeto.



Fonte: Página Eletrônica WordPress (s.d).

O Centro Cultural Ecológico Imagina foi concebido para abordar essa realidade socioambiental, propondo a construção de um edifício que sirva como modelo de aplicação de princípios ecológicos, destacando a transferência e replicação de tecnologias simples, uso de energias sustentáveis e materiais ambientalmente responsáveis para benefício da comunidade. Os fundamentos da construção, foram embasados na premissa de que a produção local de materiais ecológicos pelos membros da comunidade poderia levar à reavaliação das técnicas tradicionais de construção, facilitando sua replicação em outras residências e edifícios públicos da região. Isso direcionaria a prática arquitetônica para um modelo saudável e

sustentável, alinhado às necessidades dos usuários e ao meio ambiente. Como resultado, a economia local foi revitalizada, pois a produção e a construção do Centro foram conduzidas por trabalhadores da própria comunidade (MAPA DA TERRA, 2021).

A construção, finalizada no ano de 2016, é de responsabilidade da empresa Tibá Arquitetura, referência em bioarquitetura, cujo propósito é apresentar e instruir sobre o desenvolvimento sustentável e técnicas de construção de baixo impacto ambiental, como a fabricação de adobes, lajes pré-fabricadas denominadas “cascajes” desenvolvidas pela mesma empresa, sistema de saneamento ecológico e telhados verdes; que foram utilizados na construção do CCE IMAGINA. A configuração espacial é derivada de formas naturais, promovendo uma harmonia entre os espaços, seus usuários e o meio ambiente (MAPA DA TERRA, 2021).

Figura 21 - Perspectiva de implantação geral do projeto.



Fonte: Página Eletrônica WordPress (s.d).

Os principais, materiais construtivos utilizados na construção desse centro cultural, são: terra, cal, pedra e bambu. Por decorrência, as técnicas construtivas envolvidas são: adobe, domo, teto verde e tinta da terra (MAPA DA TERRA, 2021).

Levando em consideração que a forma de construir está intimamente relacionada a estruturação da sociedade, assim como a arte reflete o contexto social, econômico e cultural em suas manifestações. Ou seja, os povos primitivos utilizavam madeira e peles de animais provenientes de suas caças, adaptando-se aos recursos disponíveis em seu ambiente para realizar suas construções.

As paredes de adobe são construídas a partir de uma composição de argila, areia, água e por vezes, elementos orgânicos como palha. Essa mistura de ingredientes resulta em um material de construção natural que apresenta propriedades térmicas e acústicas notáveis. O adobe é um material produzido a partir de terra em estado plástico, moldado sem compressão com o auxílio de formas. Após a secagem, é usado na construção de alvenaria, unido por uma argamassa composta de uma mistura semelhante à do próprio adobe. Este material é ideal para a construção de paredes autoportantes e portantes, além de arcos, abóbadas e cúpulas. Ele permite a criação de formas tanto ortogonais quanto curvas, desde que sua resistência à compressão seja respeitada (NEVES,2012).

Figura 22 - Paredes de adobe, construídas no projeto.



Fonte: Página Eletrônica WordPress (s.d).

Além disso, a edificação também conta com um sistema de eco telhado e um sistema de telhado feito em bambu, onde a estrutura de telhado, as treliças, são os elementos

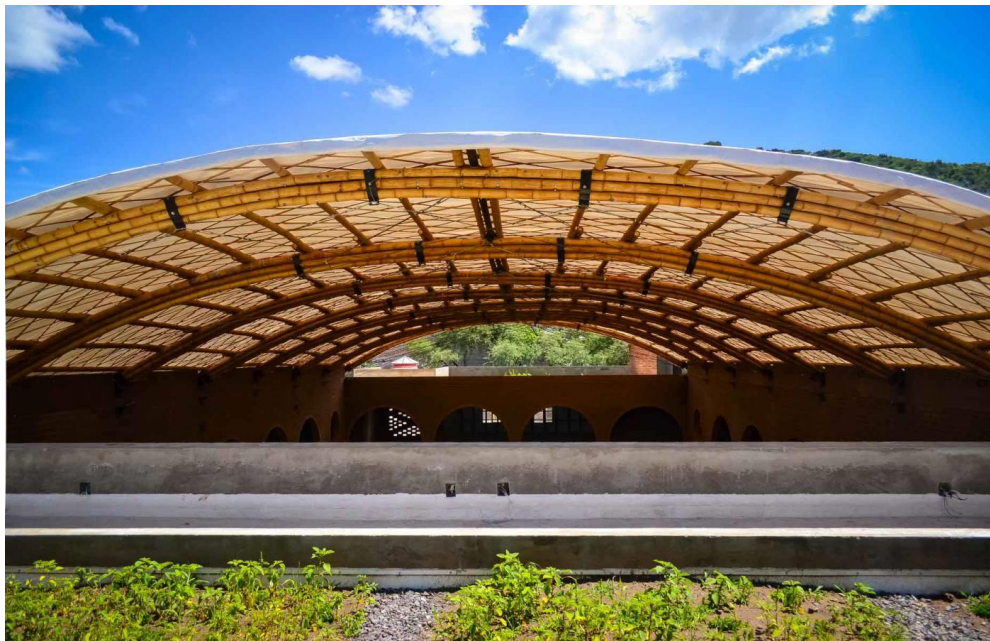
principais de suporte do telhado. Nesse telhado, as treliças em estilo de cúpula, tem relação com a carga do telhado e com o design estético desejado. A figura abaixo (Figura 23), exibe o telhado verde da edificação.

Figura 23 - Eco telhado.



Fonte: Página Eletrônica WordPress (s.d).

Figura 24 - Telhado de bambu.



Fonte: Página Eletrônica WordPress (s.d).

O uso de materiais como pedras, tijolos, adobe e bambu na cobertura confere ao edifício um impressionante jogo de luz e sombra no pátio central, além de excelentes condições termoacústicas, onde são ministradas aulas e oferecido um agradável espaço de convivência.

O Centro Cultural Imagina apresenta uma planta retangular muito bem definida e simétrica, distribuída em dois pavimentos. No primeiro pavimento (Figura 25) é possível localizar os acessos, auditório, salas para aulas e oficinas, banheiros e uma vasta área verde que faz a conexão entre o prédio principal restaurante e livraria. As conexões internas e circulação vertical são estabelecidas por escadas e elevadores (WORDPRESS, s.d.).

Figura 25 - Planta Pavimento Térreo.

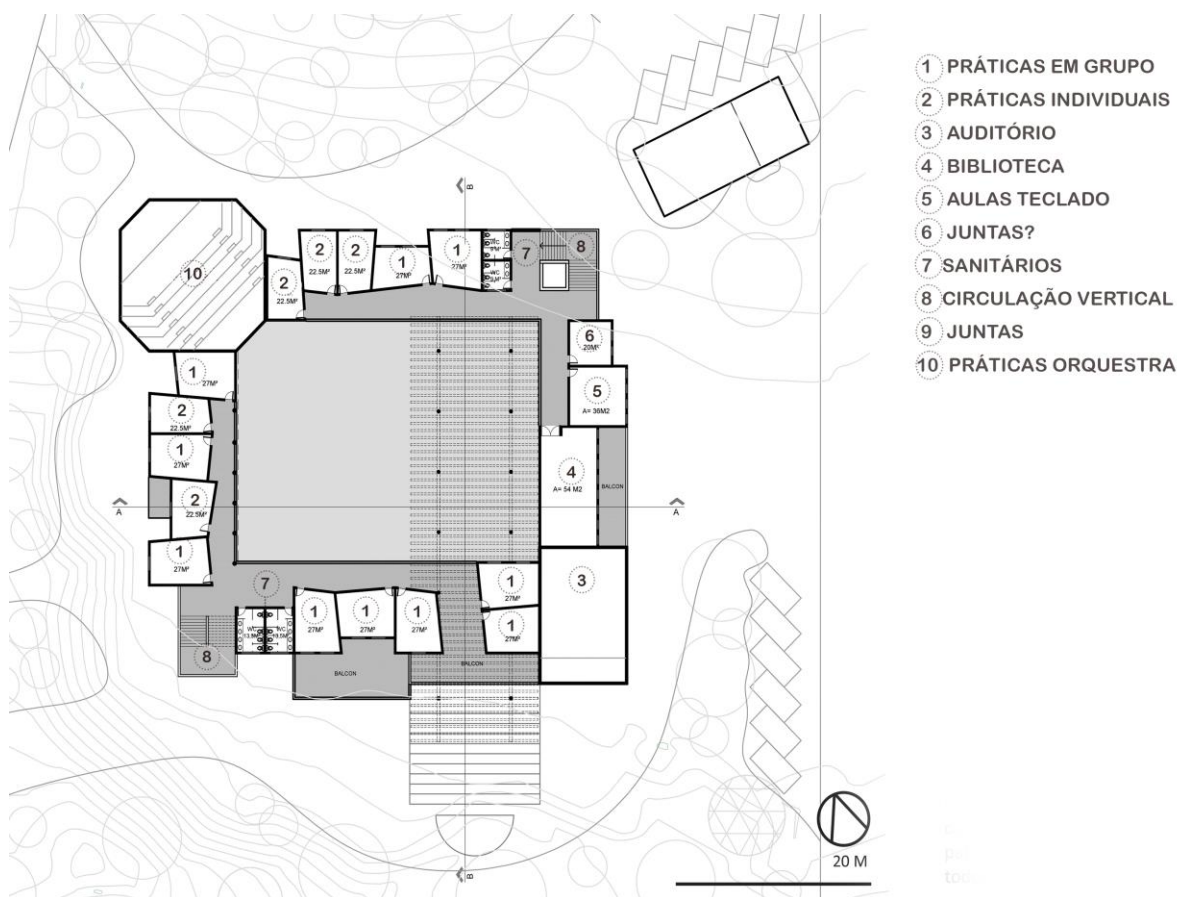


Fonte: Página Eletrônica WordPress (s.d). Adaptado pela autora (2024).

Já no segundo pavimento, estão localizadas as salas destinadas a aulas e oficinas, além da área administrativa. O acesso ao pátio está estrategicamente disposto em todos os quatro lados do espaço, o que confere uma notável permeabilidade ao projeto, facilitando a entrada e a interação dos visitantes. As circulações verticais, situadas nos cantos opostos do ambiente,

desempenham um papel crucial ao conectar as passagens que contornam o pátio. Essa disposição favorece não apenas o fluxo de pessoas, mas também promove o contato visual entre todos os usuários, contribuindo para uma experiência mais integrada e coletiva no espaço. Na figura abaixo (Figura 26), é possível compreender a locação dos ambientes na planta.

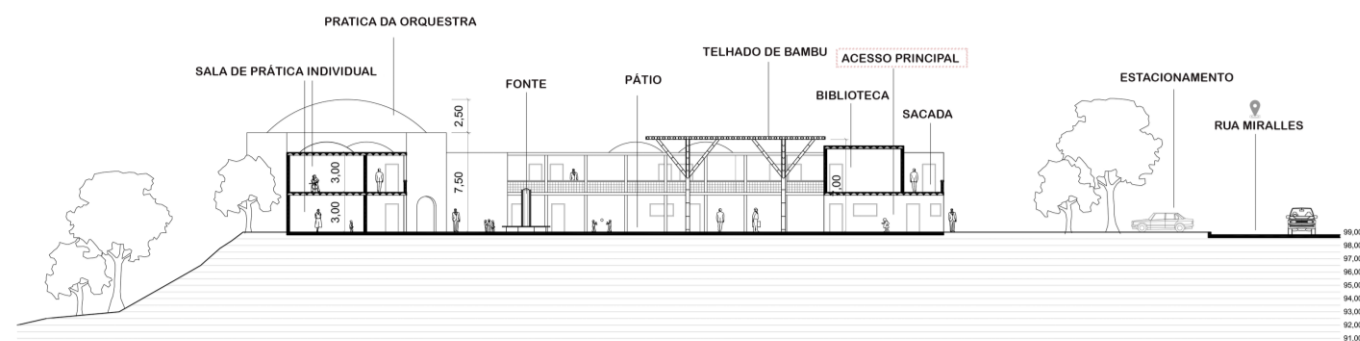
Figura 26 - Planta, 1º Pavimento.



Fonte: Página Eletrônica WordPress (s.d). Adaptado pela autora (2024).

A implantação geral do edifício inclui uma abundância de espaços verdes, proporcionando uma arquitetura sustentável e agradável para seus visitantes. Apesar de sua arquitetura imponente, o edifício se integra harmoniosamente ao entorno, com um único acesso pela Rua Murallas. Essa rua, dá acesso ao estacionamento, que por decorrência tem conexão com a entrada principal da edificação. Na figura abaixo (Figura 27), corte BB, é possível observar a extensa área planta do estacionamento, e da locação do projeto.

Figura 27 - Corte BB.



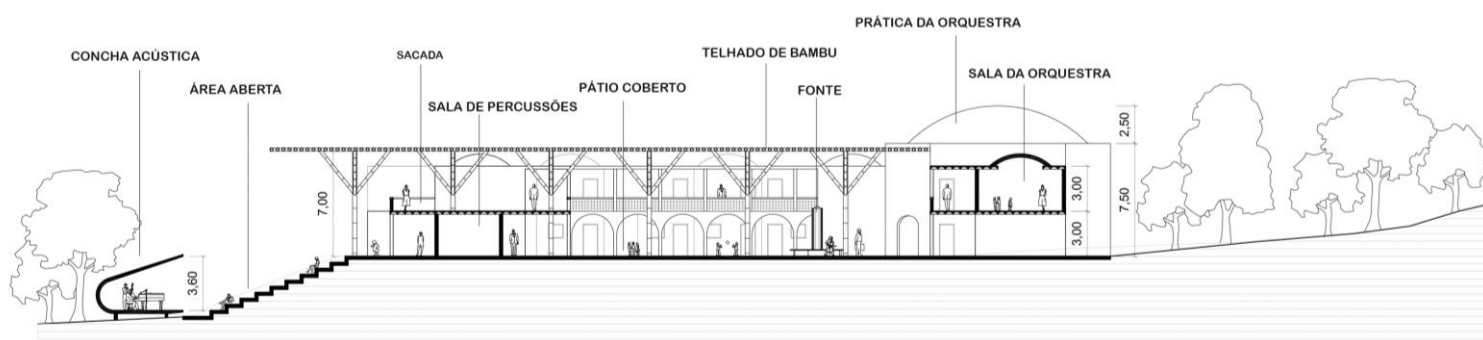
CORTE BB

Tecnologia Intuitiva y bioarquitectura
CENTRO CULTURAL IMAGINA

Fonte: Página Eletrônica WordPress (s.d). Adaptado pela autora (2024).

A implantação da edificação no terreno, enfrenta desafios topográficos simples que foram sintetizados pela equipe de arquitetos. Intervindo apenas em dois níveis distintos, conectados por um anfiteatro na área aberta. Na figurante adiante (Figura 28), no corte AA, é possível perceber a diferenciação de níveis entre a concha acústica e a área aberta.

Figura 28 - Corte AA.



CORTE AA

Tecnologia Intuitiva y bioarquitectura
CENTRO CULTURAL IMAGINA

Fonte: Página Eletrônica WordPress (s.d). Adaptado pela autora(2024).

De forma geral, o destaque desse projeto, está relacionado a suas formas abstratas, cores e texturas exploradas a partir de escolhas estratégias de materiais, como adobe, tijolinhos de cerâmica, entre outros, além das práticas construtivas que envolveram a população na construção de maneira palpável, atribuindo uma certa conexão entre os próprios moradores e construtores, da edificação, evidenciando a participação direta e reforçando

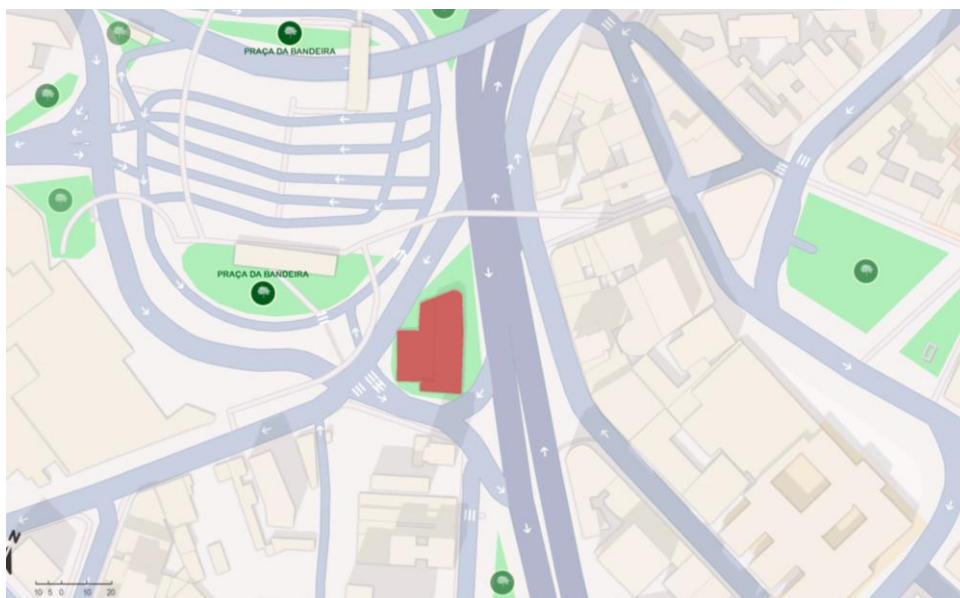
conceitos relacionados ao pertencimento, e a relação de cuidado e preservação. Ademais, a fabricação local de materiais ecológicos e inteligentes, realizada na comunidade, tornam a prática da bioarquitetura prática, facilitando sua replicação em outras residências e edifícios públicos. O que orienta a prática arquitetônica para uma abordagem saudável e em harmonia com o usuário e com o meio ambiente.

2.3 Red Bull Station – São Paulo, Brasil.

Ainda seguindo a teoria da urbanização da cidade de São Paulo, a renovação de um edifício dos anos de 1920, anteriormente ocupado por uma companhia de eletricidade, chama a atenção. A empresa de arquitetura, Triptyque, reorganiza o espaço através de um projeto de revitalização para receber um novo Centro Cultural, denominado RedBull Station. Somando uma área total de 2210m², em um terreno 748, 80 m² (TRYPTYQUE, 2018).

Localizado na Praça da Bandeira, o centro cultural tinha como propósito integrar artes visuais e auditivas, promovendo a produção e a difusão de novas formas de expressão artísticas (TRYPTYQUE, 2018). Segue na imagem abaixo, mapa de localização do RedBull Station.

Figura 29 - Localização do RedBull Station, situado ao lado da praça da bandeira.



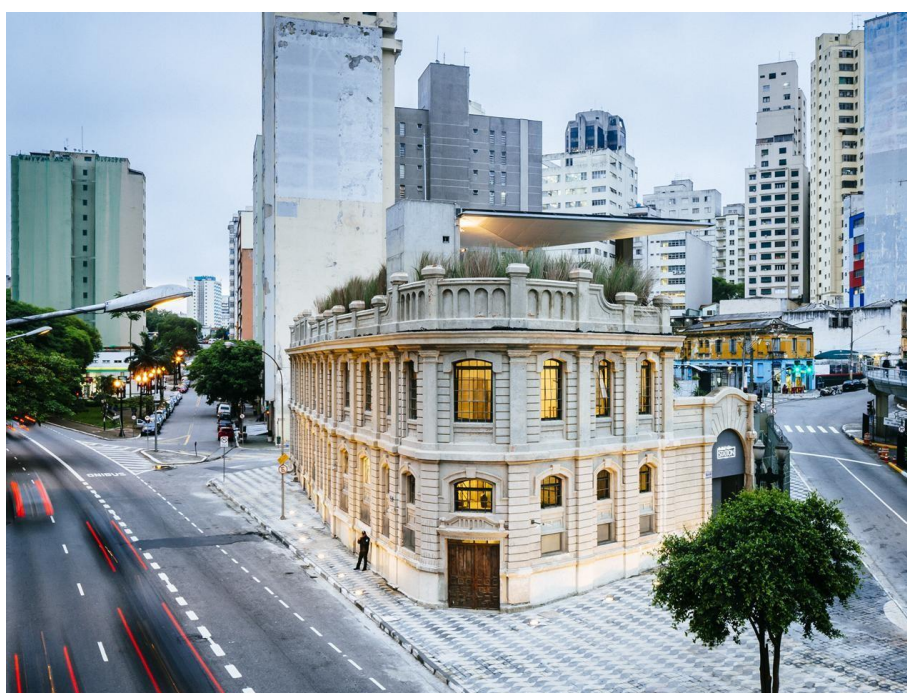
Fonte: MapBox (2024). Adaptado pela autora (2024).⁷

⁷ MAPBOX, 2024. Disponível em:>

<https://studio.mapbox.com/styles/debccoelho/clvlb0x2g06iv01nuf1h13faj/edit/#16.23/-23.543833/-46.636883/-60.2>. Acessado em 15 de maio de 2024.

O edifício foi totalmente reformado com respeito aos conceitos de patrimônio arquitetônico. Uma intervenção contemporânea foi realizada para adaptar seu edifício aos novos usos. Na figura abaixo (Figura 30), é possível perceber a imponência da edificação no centro de São Paulo. Onde, a essência do edifício histórico foi preservada acerca de sua importância no contexto urbano, e por mais que ainda sim tenha características antigas, o prédio faz um contraste entre o antigo e o novo mantendo como meio de conservação o tombamento de sua fachada (TRYPTYQUE, 2018).

Figura 30 - Fachada Principal do Edifício RedBull Station.



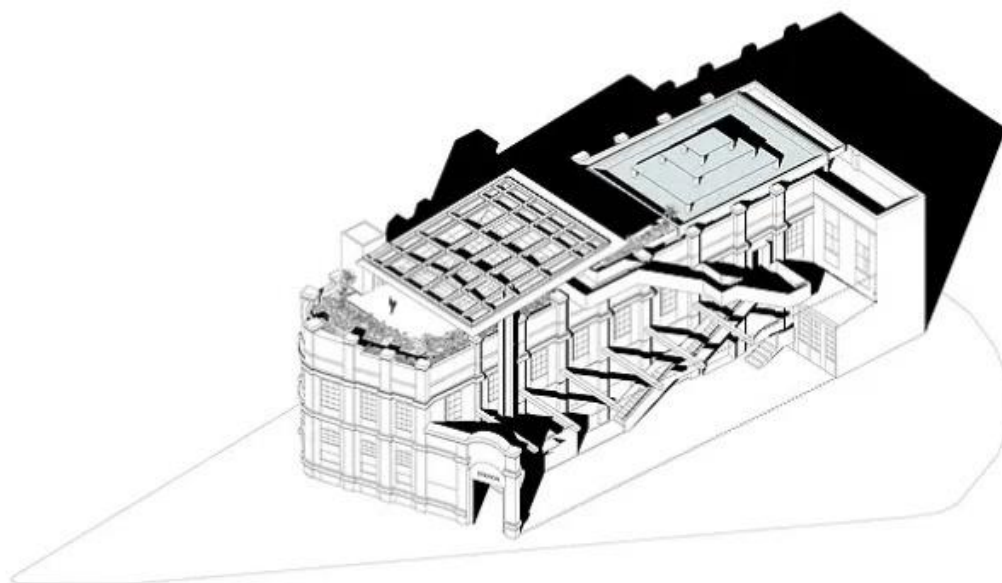
Fonte: Página Eletrônica Trypytique (2013).

A conceituação do projeto, nasce a partir da propaganda fundamental do REDBULL, seguindo a ideia de que o projeto teria como intuito dar asas a arte. A partir disso, com a reativação de um prédio subutilizado, porém pertencente ao patrimônio Cultural da cidade de São Paulo, a empresa de arquitetura implantou diversos conceitos dinâmicos de restauração, conservação e retrofit, a fim de reativar o espaço de maneira coerente com as premissas do patrimônio histórico (PORTAL VITRUVIUS, 2013).

Logo, a forma de um edifício é um elemento fundamental na compreensão da arquitetura. De acordo com o ângulo de observação, a forma pode parecer diferente, revelando nuances na concepção arquitetônica que podem passar despercebidas quando vistas

de um único ponto de vista. Na perspectiva exibida na imagem a seguir (Figura 31), é possível ampliar a compreensão das proporções do prédio.

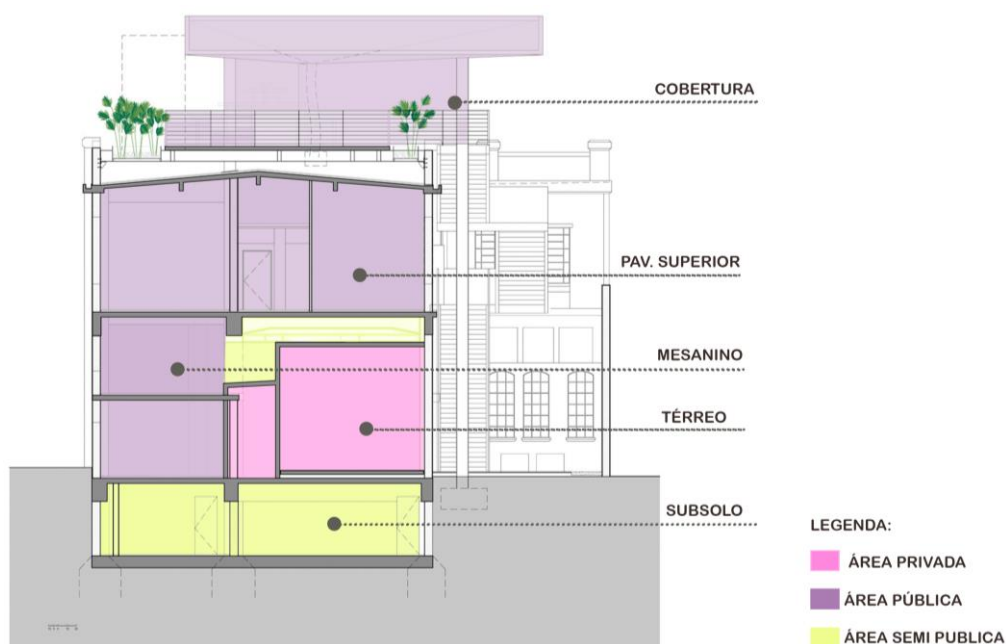
Figura 31 - Perspectiva do prédio em estudo.



Fonte: Página Eletrônica Trypytique (2013).

A edificação conta com um programa de necessidades que inclui diversas áreas de interação humana: espaços expositivos, camarim, lounge e área livre para ensaios; salas de exposições públicas; sala de estudos musicais; café e bar; escritórios; ateliês; galeria principal; galeria transitória; sala para palestras; área técnica; sanitários; e área de convivência. Estas áreas estão subdivididas em 5 pavimentos, incluindo subsolo e cobertura, as quais englobam acesso público, semipúblico, privado e técnico. Segue na figura abaixo (Figura 32), o corte transversal da edificação, onde é possível identificar os pavimentos.

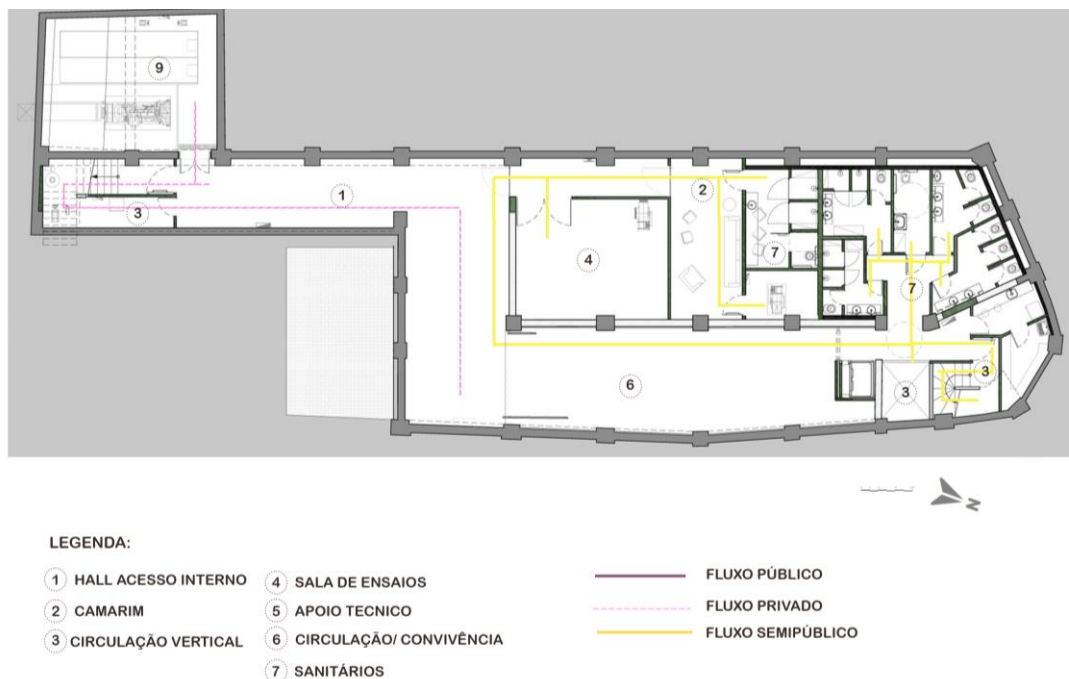
Figura 32 - Corte esquemático do edifício.



Fonte: Página Eletrônica Trypytique (2013). Adaptado pela autora (2024).

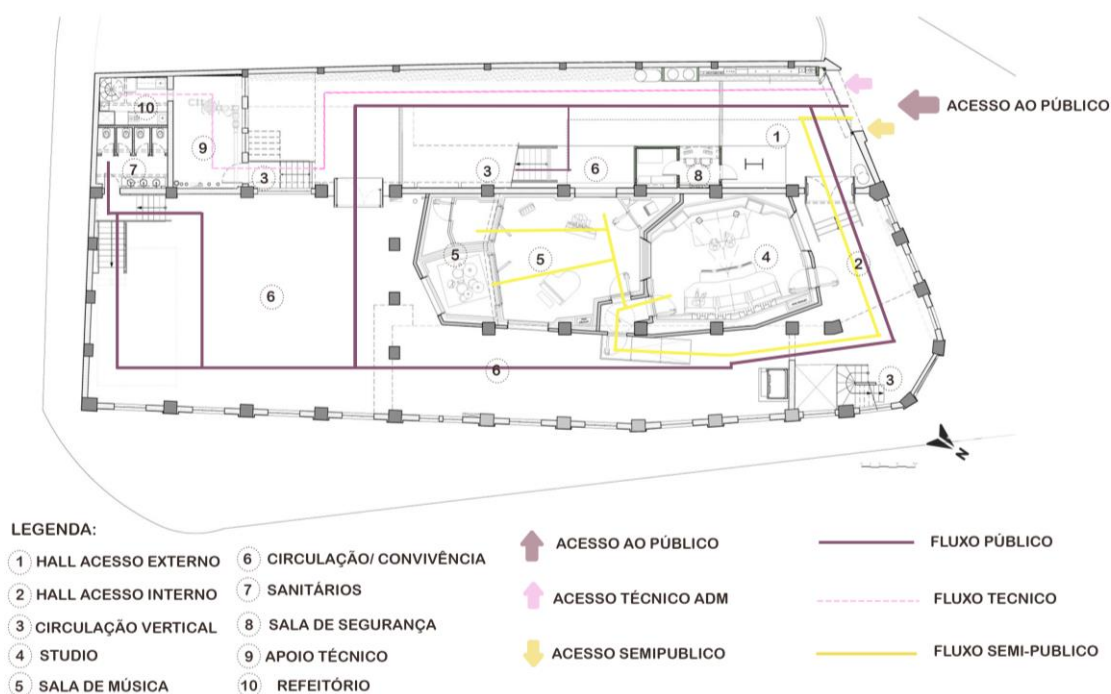
A locação das salas está conectada por fluxos privativos, públicos e semipúblicos, para os diferentes usos propostos no ambiente. O ambiente trabalha a preservação de suas características, tanto internas quanto externas. Além disso, por ter um estúdio musical, em diversos momentos a edificação recebeu tratamento acústico adequadas para receber atividades musicas, impedindo reverberação do som e uma série de princípios e práticas destinadas a controlar como o som se comporta dentro do espaço do estúdio (TRYPYTIQUE, 2013). Arelado ao processo de conservação como premissa projetual, a divisão dos espaços é proposta a partir do que já era construído. Nas figuras abaixo (Figura 33, 34, 35 e 36) estão expostas as plantas do edifício.

Figura 33 - Planta subsolo.



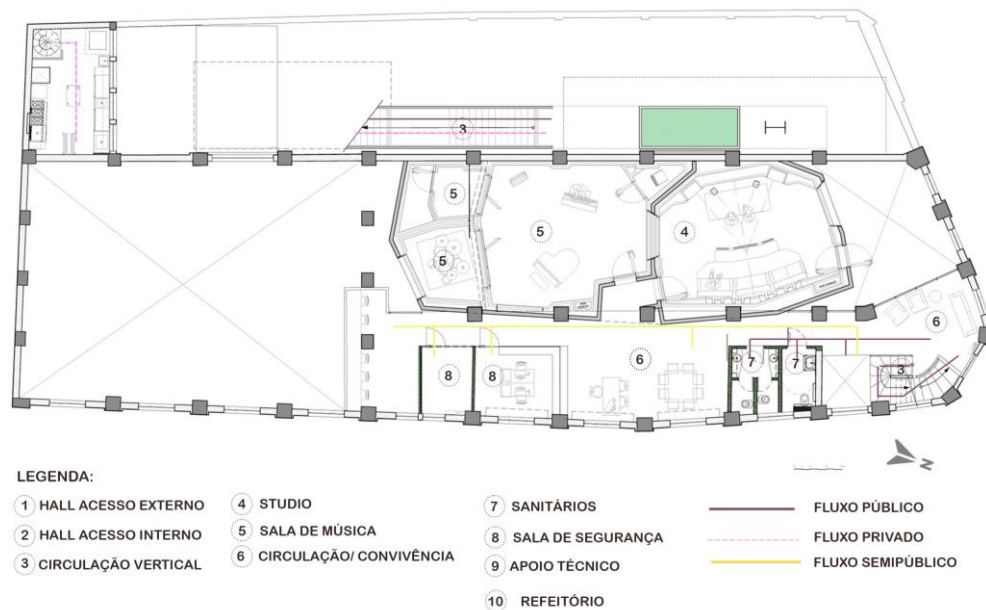
Fonte: Página Eletrônica Trypytique (2013). Adaptado pela autora (2024).

Figura 34 - Planta do pavimento térreo.



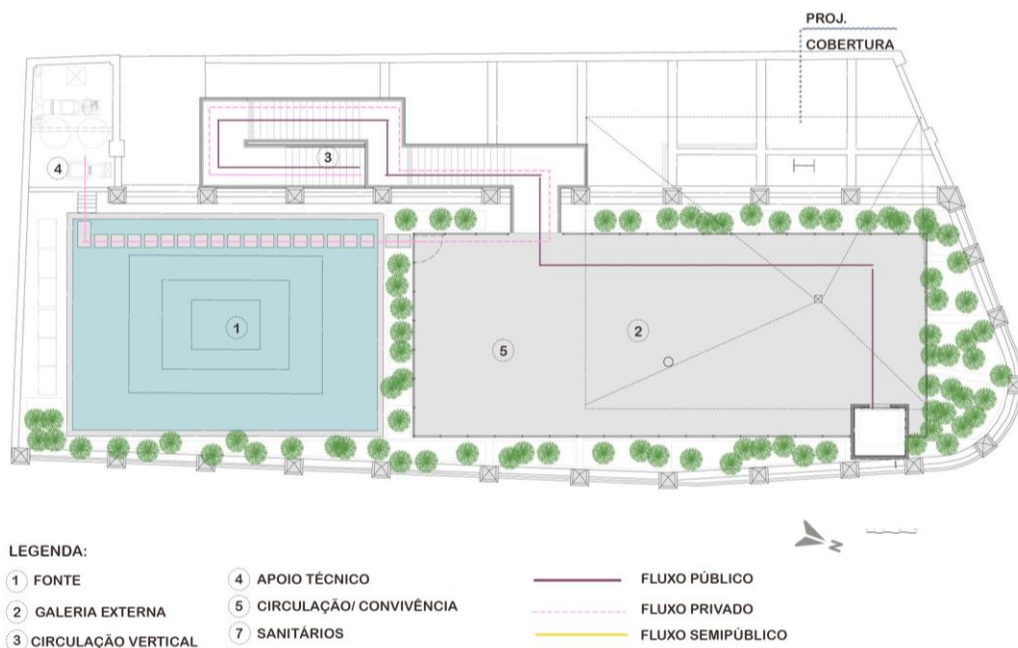
Fonte: Página Eletrônica Trypytique (2013). Adaptado pela autora(2024).

Figura 35 - Planta do mezanino.



Fonte: Página Eletrônica Trypytique (2013). Adaptado pela autora (2024).

Figura 36 - Planta de cobertura.

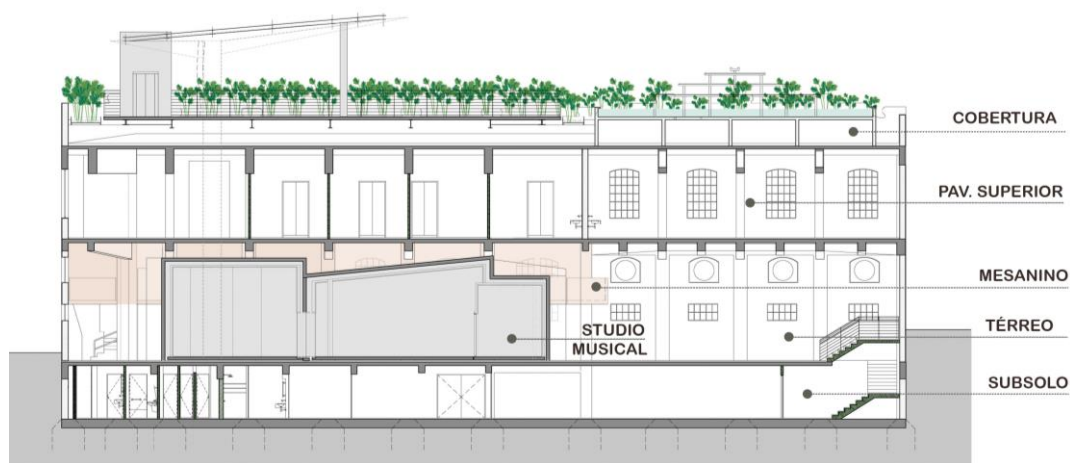


Fonte: Página Eletrônica Trypytique, (2013). Adaptado pela autora (2024).

O projeto não enfrenta intensos desafios quanto a topografia do terreno, devido a localização privilegiada na área plana central da cidade São Paulo. Ainda assim, devido a construção realizada por volta do ano de 1920, existem poucas informações quanto á questões

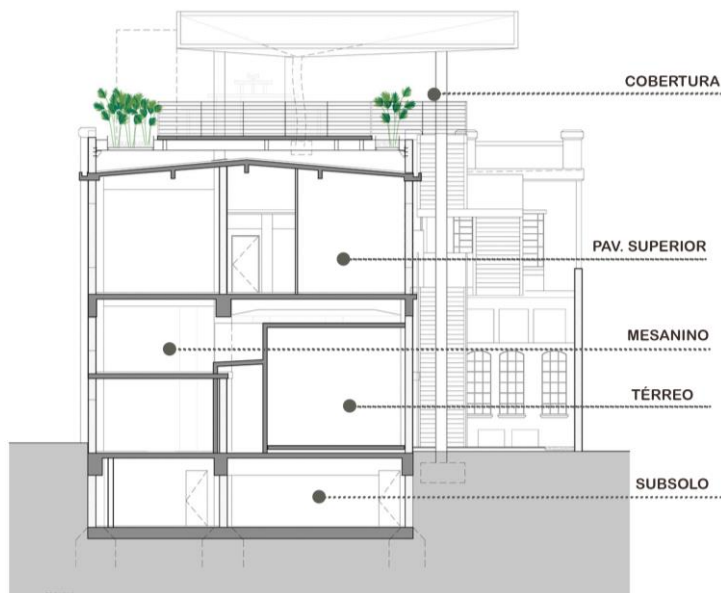
topográficas. Nos cortes da edificação (Figura 37 e 38), é possível observar a implantação simples do projeto no terreno, incluindo pavimento térreo, pavimento superior, térreo e um subsolo.

Figura 37 - Corte longitudinal da edificação.



Fonte: Página Eletrônica Trypytyque (2013). Adaptado pela autora (2024).

Figura 38 - Corte transversal da edificação.

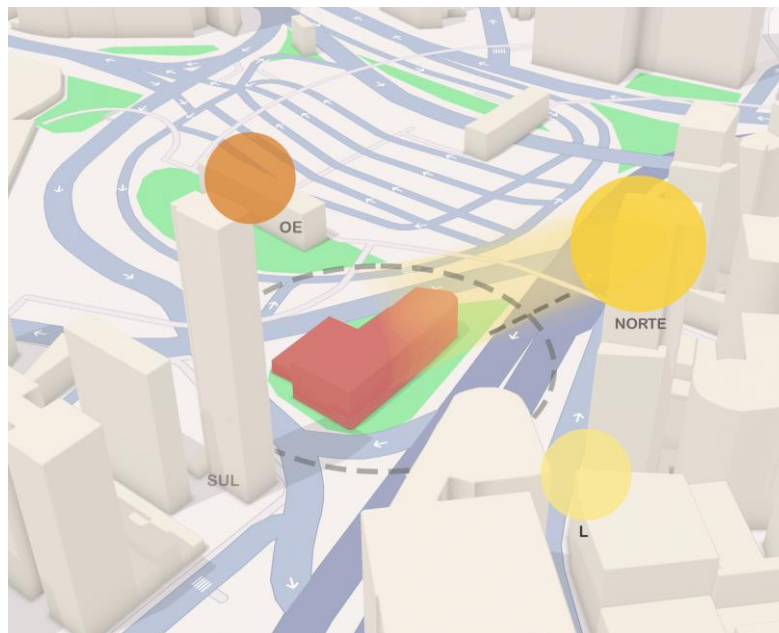


Fonte: Página Eletrônica Trypytyque (2013). Adaptado pela autora (2024).

Por ser localizado com proximidade a áreas verdes e abertas ao ar livre, a edificação recebe sol em vários períodos do dia, além de receber intensa ventilação por não ter os

arredores obstruídos, o que favorece questões de conforto térmico e acústico. No mapa abaixo (Figura 39), é possível analisar a orientação solar em função da locação do prédio no terreno.

Figura 39 - Orientação solar do prédio Red Bull Station.



Fonte: MapBox (2024). Adaptado pela autora (2024).⁸

Nesse contexto, o conceito de RETROFIT está intimamente ligado à inovação tecnológica, pois muitas vezes requer recursos tecnológicos especialmente desenvolvidos para possibilitar a atualização de determinados elementos específicos. O retrofit é um processo que visa restaurar prédios antigos, preservando sua arquitetura original e adequando-os à legislação vigente. A reforma utiliza materiais de alta qualidade e resistência para garantir que o edifício se torne um espaço seguro e moderno (YESKA COELHO, 2021).

A aplicação do RETROFIT na prática desse projeto, estabeleceu novas conexões a partir de tecnologias que otimizaram o funcionamento do espaço. Mesmo assim, essas intervenções, tem seu caráter “mutável” e isso torna a edificação apta a receber outras mudanças caso seja necessário. Logo, a intervenção propunha criar uma leitura dinâmica do retrofit, indo além de uma maquiagem e dando um novo uso para o prédio histórico.

⁸ MAPBOX, 2024. Disponível em: <https://studio.mapbox.com/styles/debccoelho/clvlb0x2g06iv01nuf1h13faj/edit/#16.23/-23.543833/-46.636883/-60.2>. Acessado em em 20 de maio de 2024.

Figura 40 - Edifício RedBull Station.



Fonte: Página Eletrônica Trypytique (2013).

A implantação dessa cobertura, traz inúmeros benefícios para edificação uma vez que conte com sistema de recolhimento de águas pluviais, evitando questões como inundação, funcionando tanto no contexto da própria edificação quanto no contexto urbano. Na imagem abaixo (Figura 41) é possível visualizar a configuração superior da cobertura do terraço.

Figura 41 - Vista aérea da cobertura com recolhimento de águas pluviais.

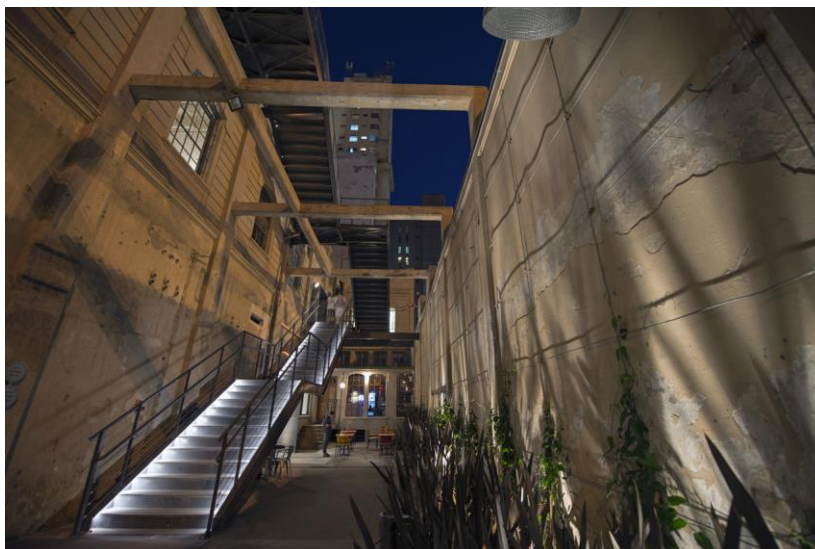


Fonte: Página Eletrônica, TRYPYTIQUE (2013).

Também foram implantadas escadas externas, que otimizam os fluxos e a circulação do público quanto á eventos artísticos que acontecem na cobertura do prédio. As escadas são

feitas de aço inoxidável, e apresentam caráter removível. A imagem abaixo (Figura 42) evidencia a parte externa da edificação, evidenciando a escada de acessos externos (TRYPYTIQUE, 2013).

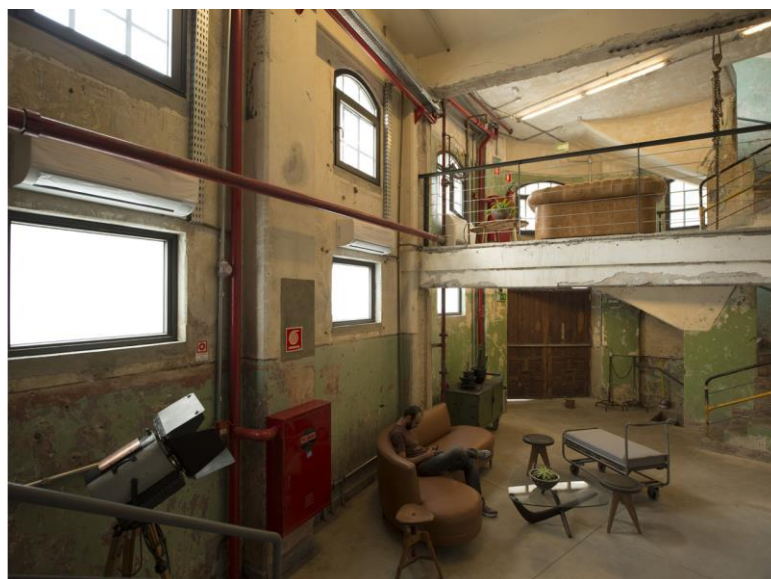
Figura 42 - Área externa da edificação.



Fonte: Página Eletrônica, TRYPYTIQUE (2013).

De acordo com o arquiteto Grégory Bousquet, os materiais explorados ao longo do projeto basicamente passam pelo concreto velho, metal e concreto bruto (GALERIA DA ARQUITETURA, s.d). Em muitos quesitos, questões consideradas degradadas ganharam validação inseridas ao conceito do **retrofit**, onde as paredes desgastadas se unem a estética de projeto. Em seguida, imagem do interior da Redbull Station. (Figura 43).

Figura 43, interior da edificação.



Fonte: Página Eletrônica, Trypytique (2013).

De maneira geral, após o processo de requalificação espacial, dado através do projeto de RETROFIT, a edificação não perdeu as características originárias. No entanto, após quase dez anos de ocupação pela RedBull Station, o edifício histórico na esquina da Praça da Bandeira está agora sob nova administração. Renomeado como Central, o local continuará a sediar apresentações musicais, festas itinerantes, feiras criativas e exposições, porém como Embaixada Cultural (EMBAIXADA CULTURAL, 2023).

Mesmo assim, com as melhorias nas infraestruturas implementadas no projeto, é notável como um plano coerente com as questões patrimoniais tem o poder de requalificar o espaço e oferecer novos usos para os usuários em uma área privilegiada no centro de São Paulo. Em meio a esse urbanismo intenso, a RedBull Station ocupa o antigo prédio da subestação da Riachuelo, datado das décadas de 1930, 1940 e 1950, transformando-o em um ponto de encontro com uma nova concepção de museu (GALERIA DA ARQUITETURA, s.d).

Em suma, ao restaurar e reutilizar o edifício histórico, o projeto de otimiza a preservação da história e da identidade cultural de uma área, mantendo vivas as histórias e arquiteturas do passado. Envolve melhorias na infraestrutura urbana, como redes de transporte, saneamento e espaços públicos, o que beneficia toda a comunidade. Onde a reutilização adaptativa de estruturas existentes é uma prática sustentável, a qual reduz a necessidade de novas construções e minimiza o impacto construtivo e desperdício de recursos.

De maneira geral, a revitalização de edifícios históricos fortalece o senso de comunidade e identidade local, incentivando os residentes a se envolverem mais ativamente na preservação e desenvolvimento de seu bairro, ativando o senso de preservação e zelo com o espaço.

3 – PROBLEMÁTICA

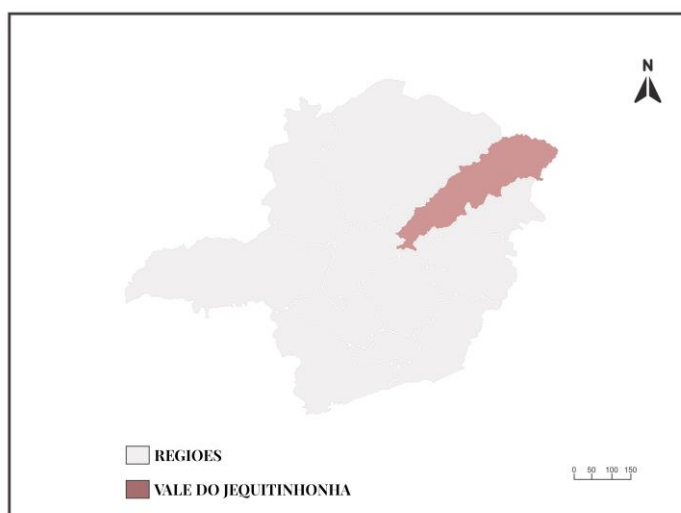
De acordo com o geógrafo brasileiro Milton Santos (2007), o espaço deve ser compreendido como uma totalidade, constituída por um conjunto de relações estabelecidas por funções e formas que se manifestaram historicamente por meio de processos tanto do passado quanto do presente. A partir disso, é evidente que o processo de ocupação territorial é fundamental no que tange a conquista espacial no contexto da urbanização. Logo, o reconhecimento da ocupação como um dos fundamentos primordiais da construção dos espaços urbanos amplia e otimiza o entendimento como um processo natural e originário, que compõe a totalidade da história de um lugar.

Nessa perspectiva, a necessidade da promoção da cultura, reforça a insuficiência da demanda sociocultural, parte constituinte do processo de urbanização, o qual impacta a identidade, educação e participação cívica. Logo, origina-se um vazio nesse âmbito, que afeta em especial a maneira com que as pessoas estabelecem vínculos com conceito de pertencimento, que está intrinsecamente associado à preservação de um determinado espaço, que possui potencial para narrar a história daqueles que o habitam.

Posto isso, partindo da ideia de que a arquitetura e o urbanismo exercem um papel transformador ao influenciar a configuração do espaço, torna-se evidente a existência de uma lacuna sociocultural no contexto urbano, levando em consideração a negligência que ocorre acerca da cultura, em prol de outras esferas que influenciam o cenário urbano. É o que acontece na cidade de Capelinha.

Considera-se a cidade, localizada na região do Vale do Jequitinhonha, situado ao Nordeste de Minas Gerais, berço de um acervo cultural em inobservância perante a produção e conservação de seus patrimônios históricos. Segundo dados fornecidos pelo Mapa Cultural,⁹ a região norte, e nordeste incluindo o Vale do Jequitinhonha carece de ambientes que incentivem a produção cultural e a preservação de seu patrimônio cultural na área. Segue nas Figuras abaixo (Figura 44) o mapa de localização da região do Vale do Jequitinhonha e mapa de presença de Centros Culturais na região (Figura 45).

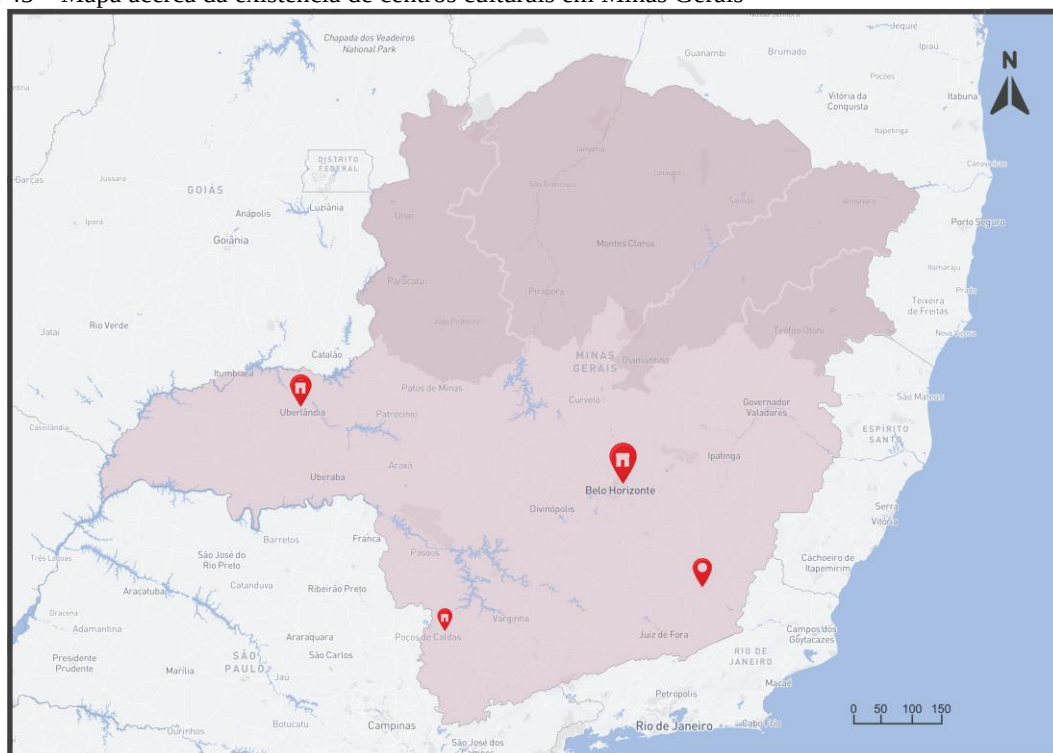
Figura 44 – Mapa da localização da região mencionada no texto



Fonte: IBGE (2023). Adaptado pela autora (2024).

⁹ [https://mapas.cultura.gov.br/busca/##\(global:\(enabled:\(space:!t\),filterEntity:space,map:\(center:\(lat:-18.521283325496263,lng:-45.823974609375\),zoom:6\)\),space:\(filters:\(En_Estado:!\(MG\),type:!\(\('40'\)\)\)\)](https://mapas.cultura.gov.br/busca/##(global:(enabled:(space:!t),filterEntity:space,map:(center:(lat:-18.521283325496263,lng:-45.823974609375),zoom:6)),space:(filters:(En_Estado:!(MG),type:!(('40')))))

Figura 45 – Mapa acerca da existência de centros culturais em Minas Gerais



LEGENDA:

 MINAS GERAIS
  REGIAO NORTE/ NORDESTE
  CENTROS CULTURAIS

Fonte: MapadaCultura (2024). Adaptado pela autora (2024).¹⁰

O mapa acima (Figura 45) atesta a presença de centros culturais no estado de Minas Gerais. São atribuídos cerca de 23 espaços, concentrados na região central (17), e outros localizados ao sul, leste e oeste do estado. Logo, é inegável a existência de carência a cerca de um espaço adequado para suprir as necessidades e o acervo cultural, histórico e artístico no local, prejudicando diretamente a relação da população com a história, e consequentemente, compromete o entendimento quanto à ocupação territorial, acarretando a perda de apreciação e preservação. Consequentemente a identidade cultural de um povo é banalizada e por sua vez, enfraquecida. Sendo assim, a proposta de um centro cultural e complexo de produção artística e cultural mitigaria os impactos da inexistência dessa área no contexto urbano da cidade de Capelinha.

¹⁰ MAPA DA CULTURA.

[https://mapas.cultura.gov.br/busca/##\(global:\(enabled:\(space:!t\),filterEntity:space,map:\(center:\(lat:-18.521283325496263,lng:-45.823974609375\),zoom:6\)\),space:\(filters:\(En_Estado:!\(MG\),type:!\(\('40'\)\)\)\)](https://mapas.cultura.gov.br/busca/##(global:(enabled:(space:!t),filterEntity:space,map:(center:(lat:-18.521283325496263,lng:-45.823974609375),zoom:6)),space:(filters:(En_Estado:!(MG),type:!(('40')))))

4 – DIRETRIZES PROJETUAIS

As diretrizes projetuais referem-se a um conjunto de orientações e princípios que orientam o desenvolvimento do projeto. Diante das discussões levantadas até agora, neste capítulo vamos apresentar as diretrizes essenciais para a elaboração inicial do projeto. A partir de então, nesta etapa, abordaremos a análise e diagnóstico do entorno, as leis vigentes e, por fim, o programa de necessidades, e setorização.

4.1 Diagnóstico Local

O imóvel está localizado na área central da cidade, tendo sido construído especialmente para servir como sede da Prefeitura Municipal de Capelinha.

Figura 46 - Mapa de localização da área de projeto.



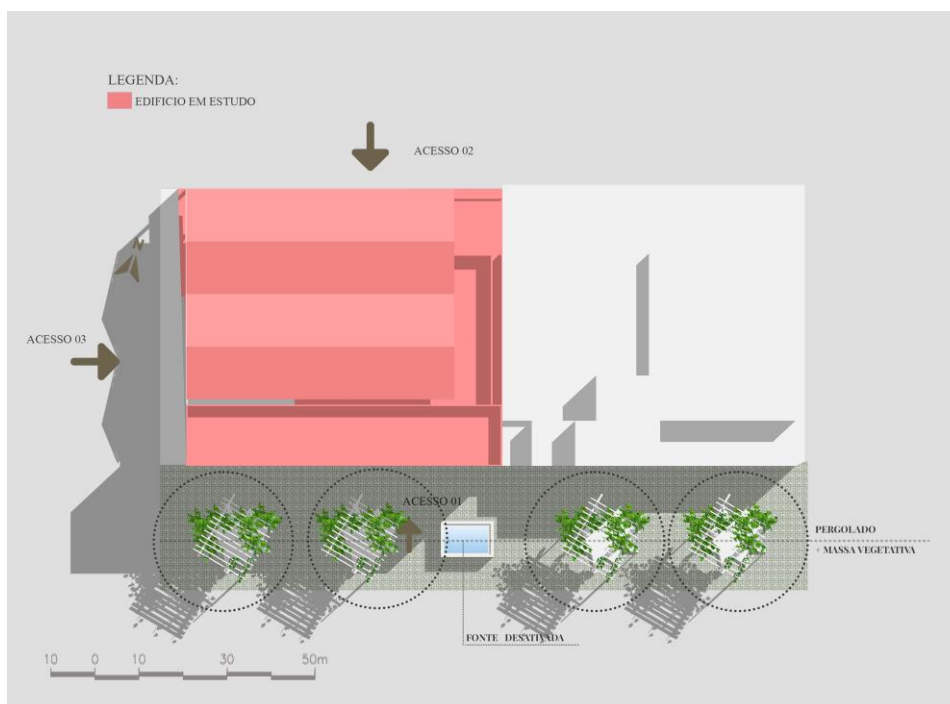
Fonte: Google Earth (2024). Adaptado pela autora (2024).

O terreno foi adquirido pela prefeitura a partir da apropriação das terras, realizada pela própria gerencia do município. Onde, o sistema construtivo apresenta uma estrutura de preenchimento com tijolos maciços, revestidos com reboco e pintura (PREFEITURA DE CAPELINHA, 2002).

A edificação faz limite com a Praça do Povo, praça central da cidade. Existem 4 pergolados divididos pela praça, eles são cobertos por massas vegetativas, que fazem o sombreamento da praça. A praça não possui recolhimento de águas pluviais e nem pisos permeáveis. Além disso também existe uma fonte, que está locada ao centro da praça.

A figura abaixo (Figura 47) mostra a Praça do Povo, e o limite entre ela e a edificação em estudo.

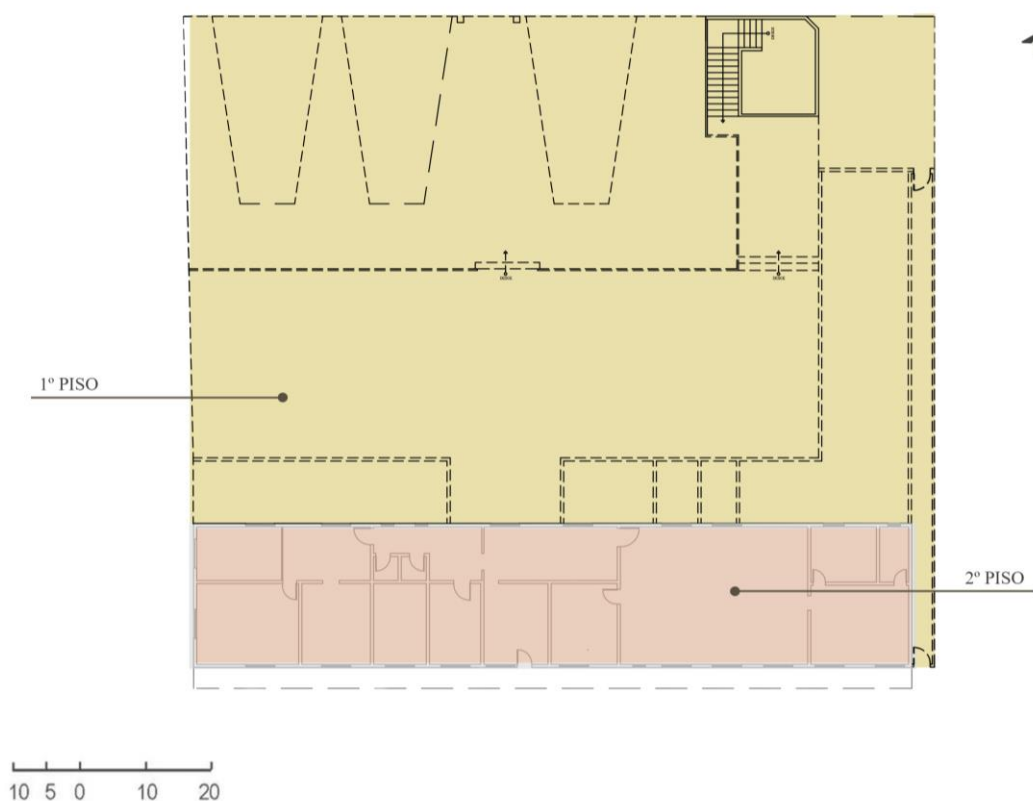
Figura 47 – Praça do Povo



Fonte: Produzido pela autora (2024).

A edificação é composta por dois pisos, em diferentes níveis, sendo estes; o primeiro: antigo mercado municipal, e antiga rodoviária municipal; o qual não foi construído juntamente com o prédio da prefeitura, e não há informações quanto á sua construção; o segundo: antiga prefeitura, câmara e fórum municipal, as quais juntas somam uma área de aproximadamente 1100m². A proposta do projeto de revitalização contabiliza os dois espaços, levando em consideração a construção inventariada (2º piso) e a edificação construída posteriormente (1º piso). O esquema abaixo, mostra a subdivisão do espaço (Figura 48).

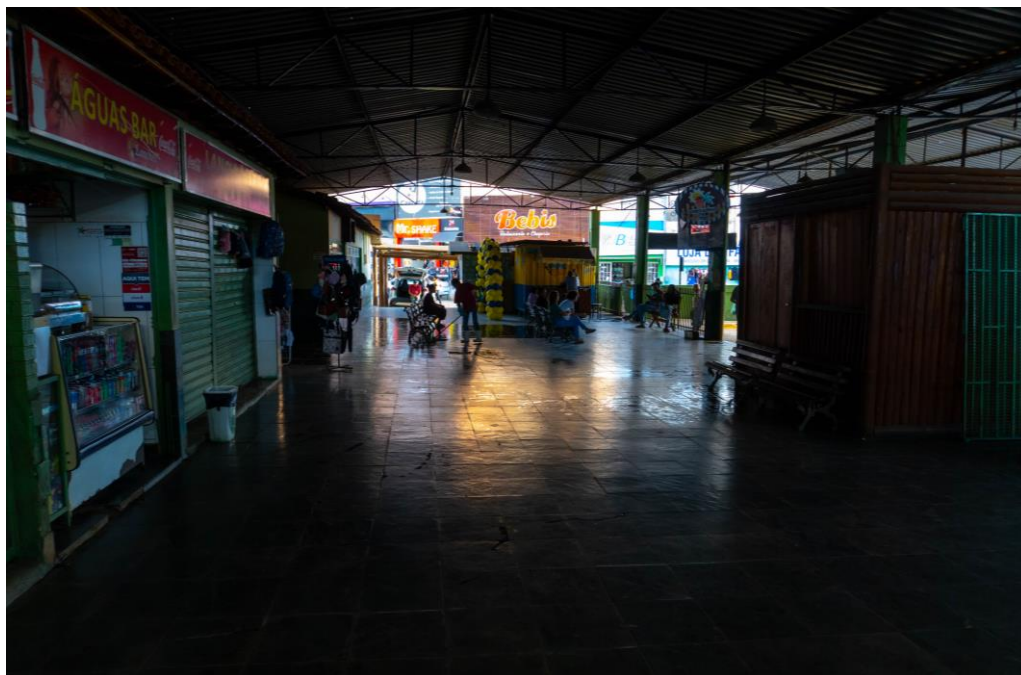
Figura 48 - Divisão de pisos



Fonte: Produzido pela autora (2024).

O primeiro piso, é a área onde funcionou a rodoviária da cidade por décadas. No entanto, em decorrência do processo natural de urbanização e crescimento, a rodoviária se tornou insuficiente para as demandas, além de enfrentar conflitos viários uma vez que esteja em área de intenso fluxo de veículos. A edificação faz suporte para o recebimento de três ônibus simultaneamente, além de uma vasta área de circulação e sanitários. As imagens abaixo, (Figura 49 e 50) ilustram o primeiro piso da edificação de maneira simplificada.

Figura 49 – Área Interna do 1º Piso .



Fonte: Própria autora (2024).

Figura 50 – Área externa do 1º Piso.



Fonte: Própria autora, (2024).

Já o 2º Piso, área onde funcionou a primeira Sede da Prefeitura Municipal faz limite com Praça do Povo. A figura abaixo (Figura 51) evidência a fachada principal da edificação (sul).

Figura 51 – Área externa do primeiro e segundo piso.



Fonte: Própria autora (2023).

Em razão do tempo, intempéries naturais, patologias e entre outras questões, as respectivas fachadas abordadas nas imagens acima sofreram degradações. Em razão disso, foi desenvolvido o Mapa de Danos, afim propor uma análise quanto ao estado atual de conservação da edificação, propondo a identificação e registro de danos como fissuras, umidade e deformações. Logo, ele facilita o planejamento de intervenções precisas, a estimativa de custos, o monitoramento da eficácia dos reparos, a documentação histórica e a comunicação entre novo e antigo, garantindo um diagnóstico preciso e uma execução eficiente das ações necessárias para conservação.

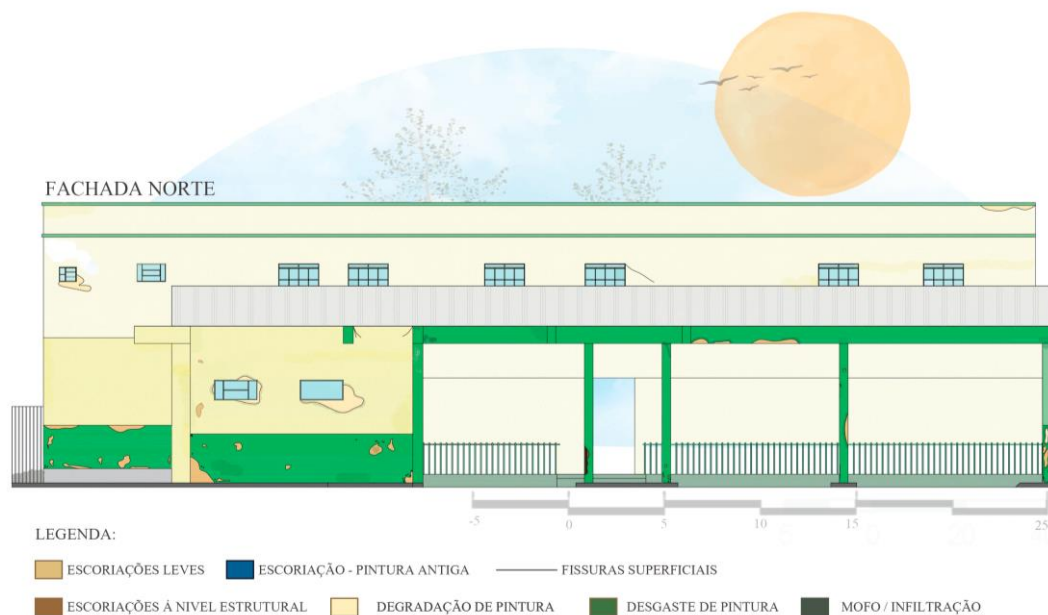
Os mapas de danos abaixo (Figura 52, 53 e 54) expõem os danos das fachadas visíveis da edificação.

Figura 52 – Mapa de danos da fachada sul (fachada principal).



Fonte: Produzido pela autora (2024).

Figura 53 – Mapa de danos fachada norte.



Fonte: Produzido pela autora (2024).

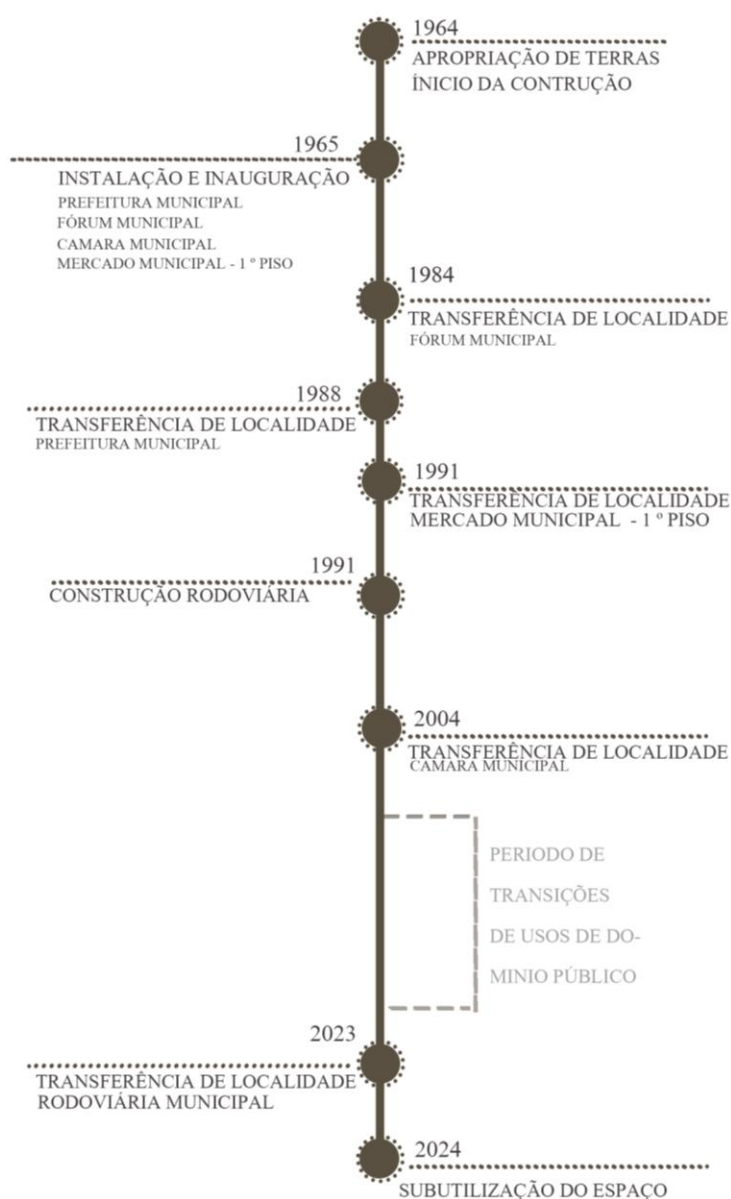
Figura 54 – Mapa de danos fachada oeste.



Fonte: Produzido pela autora (2024).

A edificação teve datada sua conclusão no ano de 1965. Porém a edificação foi ocupada por distintas vertentes veiculadas a gestão pública, até o ano de 2024. A Linha do Tempo abaixo (Figura 55), faz um paralelo quanto às ocupações desse espaço público de área central, dos anos de 1964 a 2024 (PREFEITURA DE CAPELINHA, 2024).

Figura 55 – Llinha do tempo.



Fonte: Prefeitura de Capelinha (2004). Adaptado pela autora (2004).

A partir da compreensão da Linha do Tempo acima, (Figura 55) é possível compreender que houveram distintas mudanças de acordo com o processo de urbanização da cidade, porém a área central sempre foi de domínio público. Diante disso, as edificações adjacentes são amplamente sujeitas à substituição devido à pressão do comércio por renovação urbana (PREFEITURA DE CAPELINHA, 2004).

Devido a intensa representatividade da edificação, mediante as inúmeras ocupações importantes para o desenvolvimento urbano da cidade, essencialmente em questões políticas, o prédio foi inventariado no ano de 2004 (PREFEITURA DE CAPELINHA, 2004).

Segundo o Artigo 2º da Lei 1496 do ano de 2008, o qual dispõe as leis de proteção ao patrimônio cultural da cidade de Capelinha, o município juntamente com a participação cívica e legislativa tem o dever de proteger o seu patrimônio cultural a partir de medidas que incluam bens inventariados (PREFEITURA DE CAPELINHA, 2004).

A cidade, tem uma estreita gama de bens inventariados, que classificam uma importante vertente de proteção a história da cidade. O mapa abaixo (Figura 56), indica os bens inventariados pelo conselho do patrimônio cultural, com exceção de residências (comumente inventariadas) colocando em evidência apenas pontos comerciais que fazem ligação com a área de estudo, sob um raio de 500m.

Figura 56 - Mapa de bens inventariados.



Fonte: Prefeitura de Capelinha, s.d. Adaptado pela autora (2024).

4.2 Análise Diagnóstico

O centro da cidade geralmente apresenta uma maior concentração de uso comercial devido a uma combinação de fatores históricos, econômicos e sociais. Logo, existe uma maior visibilidade e tráfego constante de pessoas na área central, impulsionados pela presença de escritórios, instituições governamentais entre outros. Sendo assim, foi proposta uma análise com um perímetro total de 1100 m², onde foi desenvolvido o Mapa de Usos da região estudada (Figura 57), a fim de demarcar a utilização do espaço realizada pelos usuários.

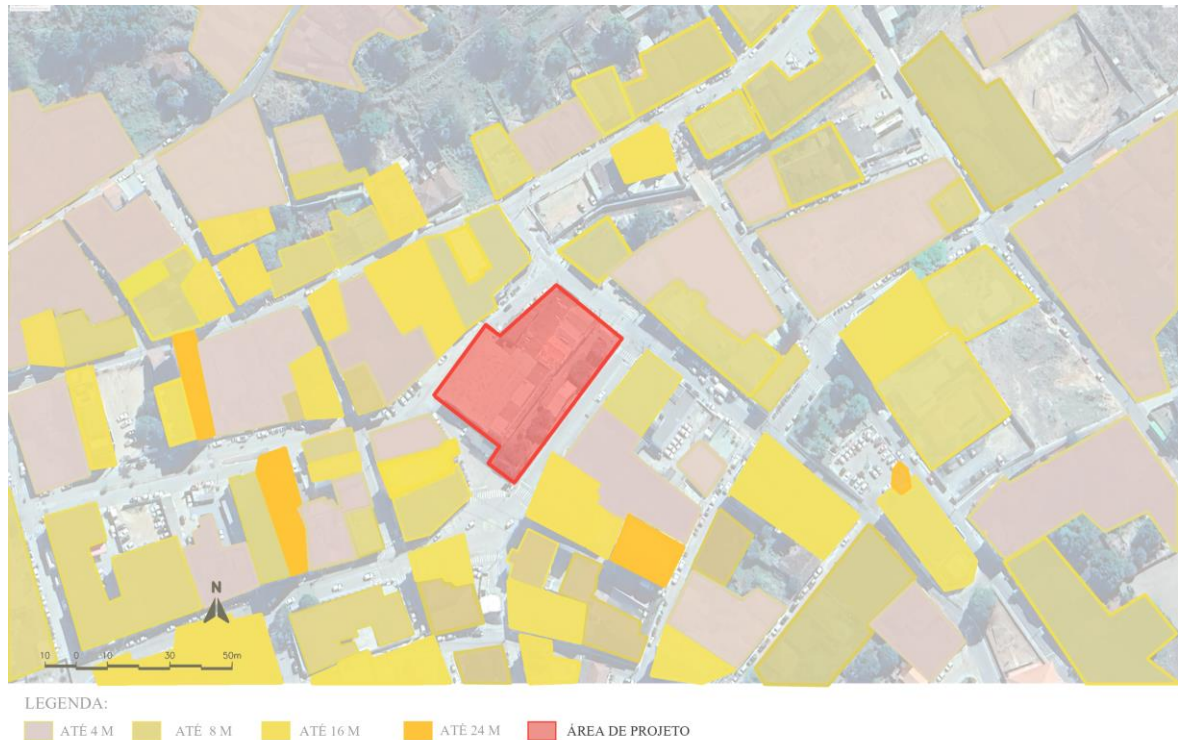
Figura 57 – Mapa de Usos.



Fonte: Google Earth (2024). Adaptado pela autora (2024).

Essas edificações, repetem um padrão de um, dois e três pavimentos, de estilo eclético e colonial. As edificações construídas recentemente, chegam a aproximadamente 6 e 7 pavimentos. O mapa de gabarito abaixo (Figura 58) traz de maneira pontual a disposição das alturas das edificações do entorno imediato, em um perímetro de 1100 m².

Figura 58 - Mapa de gabarito do entorno imediato.



Fonte: Google Earth (2024). Adaptado pela autora (2024).

A partir da análise do mapa de gabarito, é notória a dimensão da ocupação do espaço emblematicamente marcado pela permanência da Rodoviária Municipal (até o ano de 2023) que apresenta grandiosidade em relação a sua locação. Por decorrência, não há entraves diretos no recebimento de insolação e ventilação natural em relação ao prédio. O esquema de orientação solar abaixo (Figura 59), faz a relação de insolação em escala macro.

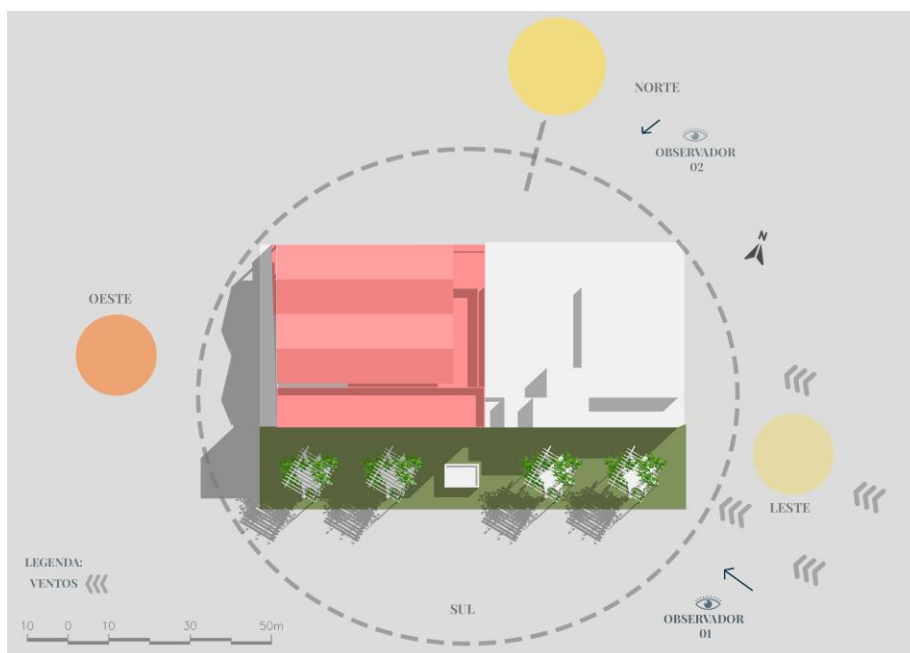
Figura 59 – Orientação solar em escala macro



Fonte: Google Earth (2024). Adaptado pela autora (2024).

O esquema de orientação solar abaixo (Figura 60), faz a relação sol e sombra da edificação, em planta, com dois observadores distintos.

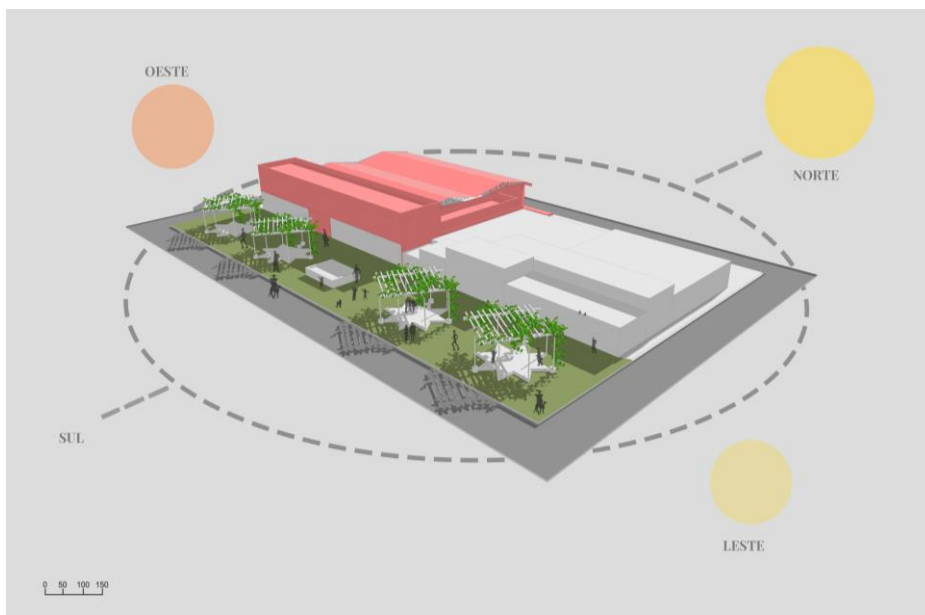
Figura 60 - Mapa de orientação solar, em planta.



Fonte: Google Earth (2024). Adaptado pela autora (2024).

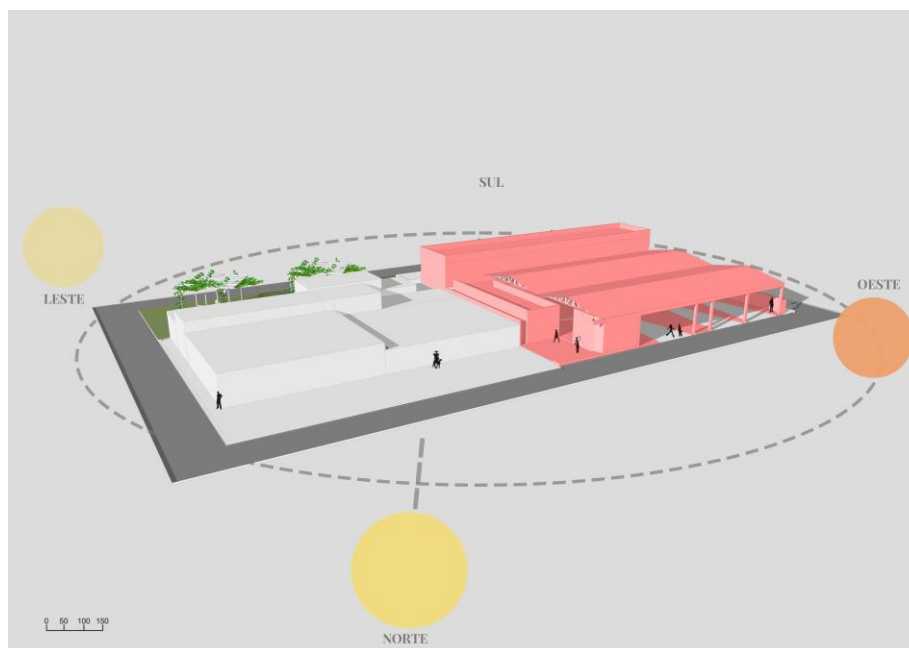
A demarcação do observador 01, mira a fachada principal (sul) e a demarcação do observador 02 a fachada oposta (norte). Os esquemas propostos abaixo demarcam a relação sol e sombra da edificação (Figura 61 e 62).

Figura 61 - Relação sol e sombra, observador 01, fachada principal (sul).



Fonte: Google Earth (2024). Adaptado pela autora (2024).

Figura 62 - Relação sol e sombra, observador 02, fachada norte.

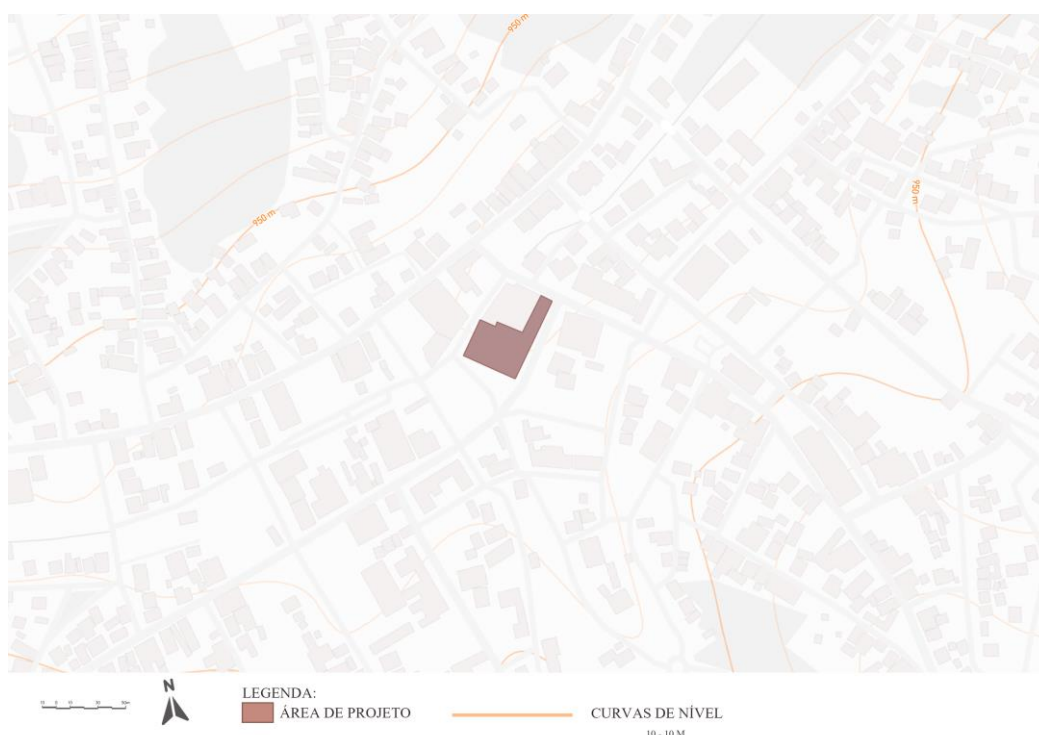


Fonte: Google Earth (2024). Adaptado pela autora (2024).

A fachada norte da área de projeto recebe intensa insolação durante o dia, em contrapartida a fachada principal (sul) recebe insolação apenas pela manhã. Vale ainda ressaltar que a predominância dos ventos da Cidade de Capelinha é leste, durante o ano inteiro (Weather Spark, 2024).

A partir de então levando em consideração que a cidade esteja implantada em uma área de intensas questões topográficas, faz-se necessário salientar que a cidade esteja localizada na região de um vale. No que diz respeito as questões topográficas, o terreno se encontra em uma área que em escala micro, é livre de grandes desníveis quanto á sua implantação. Já em escala macro, é necessário considerar que o centro da cidade está localizado na área central de um vale. Logo, a topografia faz um declive direcionado ao centro da cidade. As figuras abaixo evidenciam a topografia do terreno, em escala micro, e macro respectivamente (Figura 63 e 64).

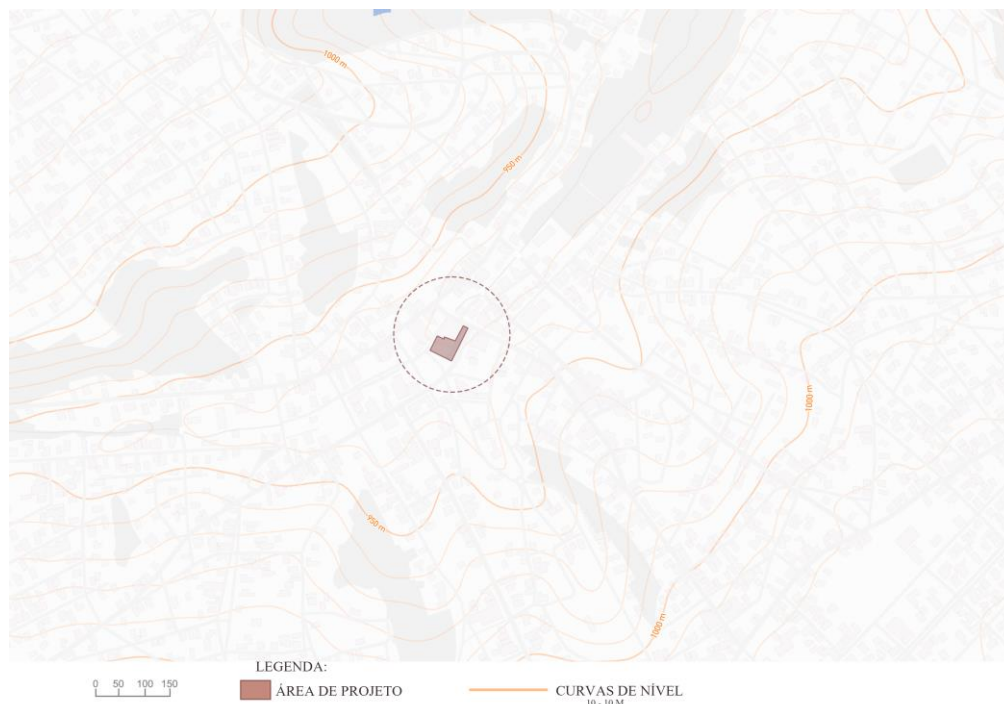
Figura 63 – Topografia do Terreno



Fonte: MapBox (2024). Adaptado pela autora (2024).¹¹

¹¹ MAPBOX, 2024. Disponível em: <https://studio.mapbox.com/styles/debccoelho/clvlb0x2g06iv01nuf1h13faj/edit/#16.23/-23.543833/-46.636883/-60.2>. Acessado em em 20 de maio de 2024.

Figura 64 - Topografia do terreno ampliada



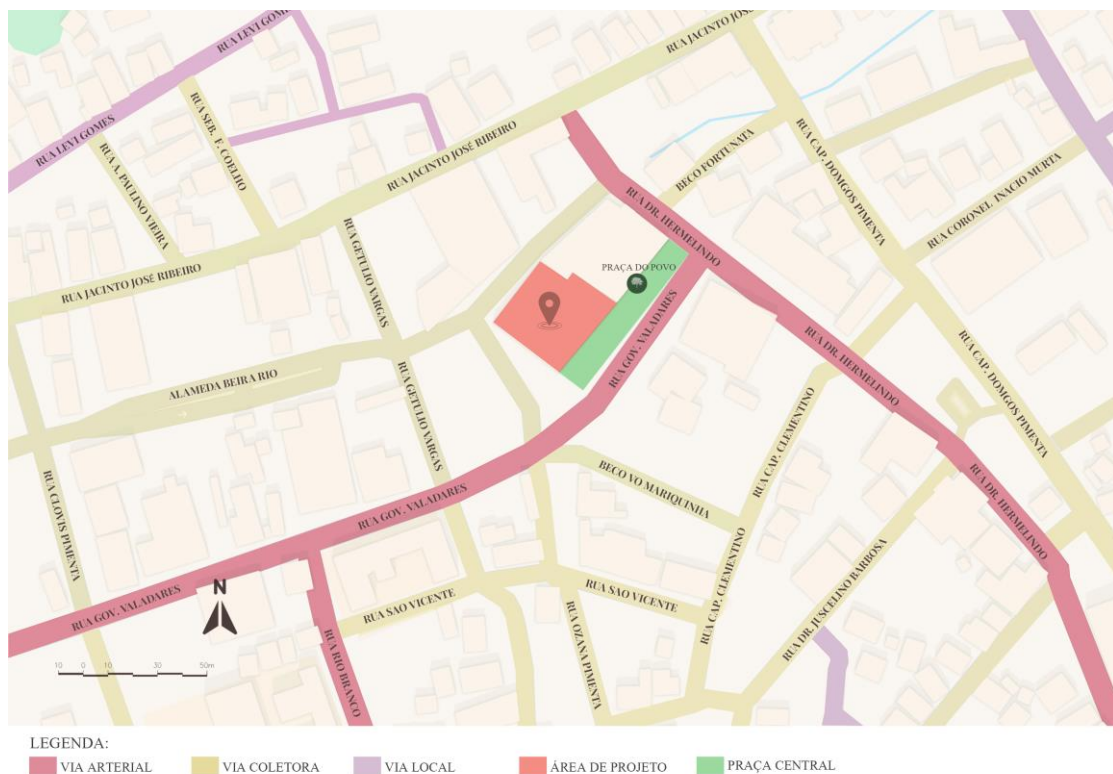
Fonte: MapBox (2024). Adaptado pela autora (2024).¹²

A topografia restritiva dificulta construção de infraestrutura, exigindo planejamento cuidadoso para evitar deslizamentos de terra e outros problemas geotécnicos, como escoamento de águas pluviais. Sendo assim, existe uma maior suscetibilidade a inundações durante períodos de chuva intensa em virtude da localização da edificação. Sendo assim é necessário considerar a influência da questão topográfica de maneira ampla, em diferentes quesitos como redes de esgoto e abastecimento de água prejudicadas em razão do volume do escoamento de água, contaminação de fontes de água potável com esgoto e outros poluentes entre outros problemas urbanos.

Quanto a configuração viária da cidade, responsável por definir diferentes tipos de ruas e estradas para facilitar o fluxo de veículos e ainda sim auxilia no planejamento urbano ao orientar o desenvolvimento de bairros e áreas comerciais ao redor das vias principais, promovendo um ambiente urbano mais ordenado e acessível para todos os moradores. Na figura abaixo (Figura 65), é possível evidenciar a predominância de vias coletoras projetadas para coletar e distribuir o tráfego advindas das vias artérias, as quais demandam maior fluxo de veículos.

¹² MAPBOX, 2024. Disponível em: <https://studio.mapbox.com/styles/debccoelho/clvlb0x2g06iv01nuf1h13faj/edit/#16.23/-23.543833/-46.636883/-60.2>. Acessado em em 20 de maio de 2024.

Figura 65 - Mapa de hierarquia viária.



Fonte: Google Earth (2024). Adaptado pela autora (2024).

Posto isso, é pertinente salientar que as ruas mais largas (vias arteriais e coletoras) permitem maior entrada de luz solar, enquanto ruas estreitas são mais propensas a serem sombreadas. A geometria urbana, incluindo curvas e interseções, influencia os padrões de sombra e luz, e configuram a relação de espaços ocupados e espaços vazios. Fora isso, a presença da praça central (Praça do Povo) imerge potencial de possibilidade de adequação de questões de conforto térmico e acústico advindo da coerência da locação correta das massas vegetativas.

A partir da análise da área delimitada, foi proposto o Mapa de Figura e Fundo (Figura 66), estudo o qual possibilita a compreensão quanto a ocupação da localidade em termos de espaços vazios e cheios. Logo, é possível perceber que a área apresenta poucos espaços vazios, uma vez que grande parte já seja ocupada por construções, reflexo da localização central, e habitação completa da área advinda do período de ocupação da cidade de Capelinha.

Figura 66 - Mapa de figura e fundo:



Fonte: Google Earth (2024). Adaptado pela autora (2024).

4.3 Leis vigentes

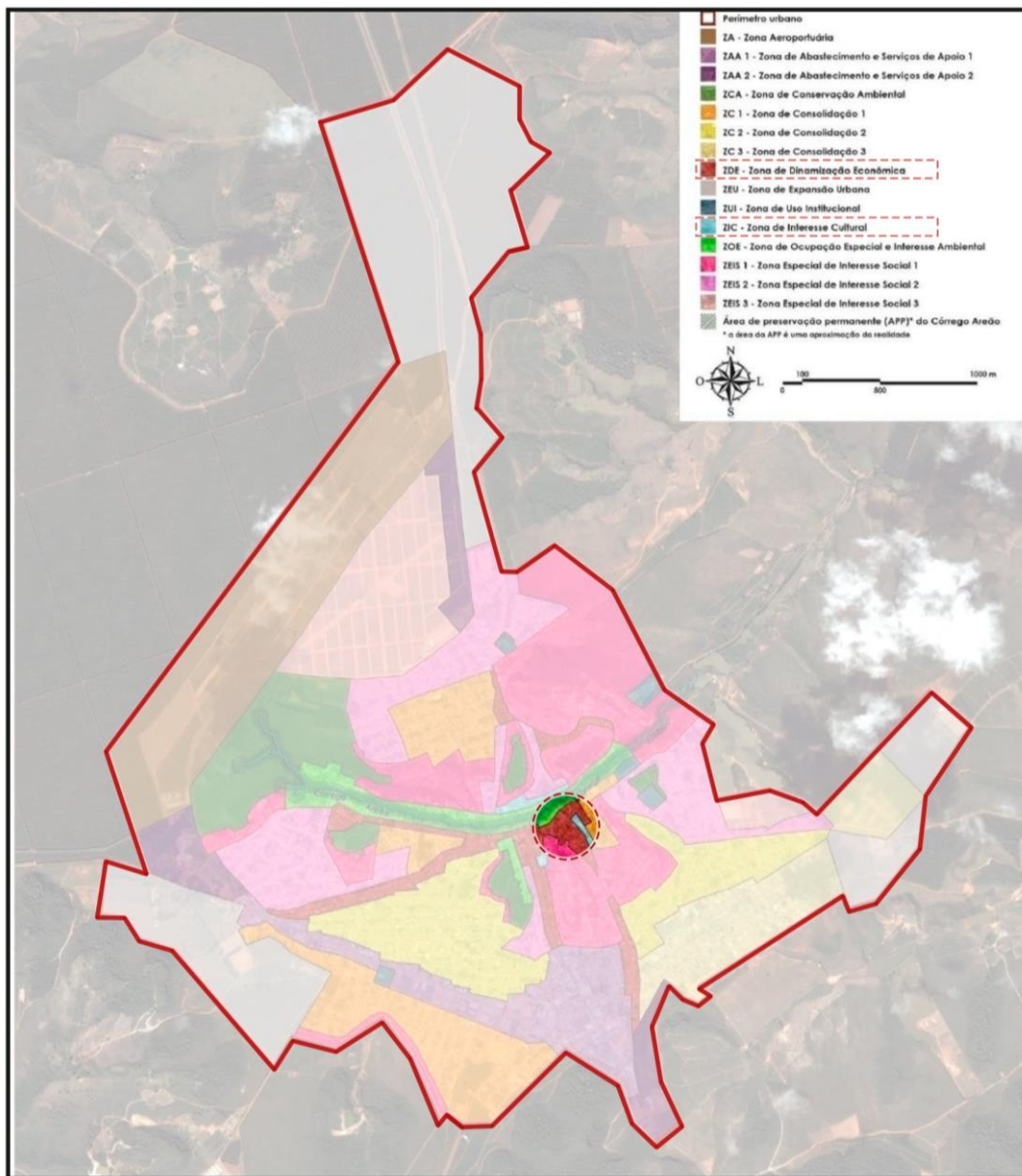
Sob o ponto de vista legislativo, foram analisados o Código de Obras, o Plano Diretor e o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural da cidade de Capelinha, em Minas Gerais, para a elaboração da proposta. Conforme a Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo (I 1.746-A/2012, DE 14/08/2012) no Capítulo I, estipulado como Disposições Gerais pontua no Art. 2º:

II - Adequar a ocupação dos espaços tendo em vista a saúde, a segurança da população e a proteção ao patrimônio cultural e ambiental [...] (CAPELINHA, Lei 1.746-A/2012)

Ou seja, a ocupação dos espaços deve ser planejada para promover a saúde e a segurança das pessoas, além de proteger o patrimônio cultural e ambiental. Isso envolve organizar o uso do solo de maneira sustentável, garantindo infraestrutura sanitária, acesso a serviços de saúde e ambientes que incentivem práticas saudáveis.

A partir dessa premissa, é dada a localização da área de projeto, sob a divisão de uso e ocupação do solo capelinhense. A área de projeto é localizada pontualmente sob a ZDE (Zona de Dinamização Econômica), e ZIC (Zona de Interesse Cultural).

Figura 67 - Mapa de uso e ocupação da cidade de Capelinha.



Fonte: Prefeitura de Capelinha, 2012. Adaptado pela autora (2024).

A partir do exposto, é válido ressaltar que a ocupação de uma área central da cidade pode influenciar de várias maneiras, afetando aspectos sociais, econômicos, ambientais e urbanísticos. Logo, a ocupação delimitada pelo **interesse cultural** revitaliza e valoriza o patrimônio histórico e cultural, atraindo turistas e estimulando a economia local. Instituições culturais proporcionam oportunidades educativas e promovem a coesão social e a inclusão, envolvendo a comunidade em atividades artísticas e culturais. Já a ocupação direcionada a **dinamização econômica** representa estratégias e políticas voltadas para estimular o

desenvolvimento econômico. Essas áreas são criadas com o objetivo de atrair investimentos, gerar empregos, fomentar a inovação e o crescimento de negócios, e melhorar a infraestrutura local. Na cidade de Capelinha, de maneira pontual, essa área está demarcada por uma ampla infraestrutura comercial, incluindo comércio de diversas vertentes.

Posto isso, é indiscutível que a condensação interesse cultural e investimento econômico nutre o potencial de revitalização em escala urbana, uma vez que a presença de instituições destinada a cultura e economia de maneira correlata, dinamiza a economia e transforma a região em um destino turístico ativo, beneficiando a economia local e a comunidade.

Levando isso em consideração, é proposta a análise do anexo II da Lei 1.746-A/2012, a qual dispõe sobre o uso e a ocupação do solo urbano, evidenciando os usos permitidos e parâmetros de ocupação do solo das respectivas zonas mencionadas anteriormente.

Tabela 03 - Tabela de usos e parâmetros subdivida pelas zonas do município de Capelinha.

ANEXO II - QUADRO DE USOS PERMITIDOS E PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO POR ZONAS DE USO E OCUPAÇÃO

ZONAS DE USO	CATEGORIAS DE USOS PERMITIDOS			COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO		DENSIDADE RESIDENCIAL BRUTA MÁXIMA (HAB/ HA)	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	ALTURA MÁXIMA (M)	RECUSOS MÍNIMOS		
	PRIORITARIAMENTE	SECUNDARIAMENTE	EXCLUSIVAMENTE	BÁSICO	MÁXIMO				FRENTE	FUNDO	LATERAL
ZONA AEROPORTUÁRIA (ZAE)											
ZONA DE ABASTECIMENTO E SERVIÇO DE APOIO (ZAA 1)											
ZONA DE ABASTECIMENTO E SERVIÇO DE APOIO (ZAA 2)											
ZONA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (ZCA)											
ZONA DE CONSOLIDAÇÃO 1 (ZC1)											
ZONA DE CONSOLIDAÇÃO 2 (ZC2)											
ZONA DE CONSOLIDAÇÃO 3 (ZC3)											
ZONA DE DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA (ZDE)	CS1/ INST 1/ IA1	HB1/ HB2/ PE	-	1,0	2,0	120	80	12,0	-	2,0	1,50***
ZONA DE EXPANSÃO URBANA (ZEU)											
ZONA DE USO INSTITUCIONAL (ZUI)											
ZONA DE INTERESSE CULTURAL (ZIC)	CS 1/ INST 1/ IA 1	HB 1 / HB2/ PE	-	1,0	-	80	70	12,0	-	2,0	1,50
ZONA DE OCUPAÇÃO ESPECIAL DE INTERESSE AMBIENTAL (ZOE)											
ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL 1 (ZEIS 1)											

Fonte: Prefeitura de Capelinha (2012). Adaptado pela autora (2024).

No entanto, se faz necessário considerar que a edificação é existente, e as leis vigentes na atualidade, não existiam no período de construção do prédio. Porém, para novas

construções é necessário considerar a legislação vigente em 2024, respeitando a permissão de usos, coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, alturas máximas e recuos mínimos.

É válido ressaltar que a legislação é um fator imprescindível para garantir a segurança, legalidade, qualidade e sustentabilidade da obra, a partir das normas vigentes.

4.4 Impacto Projetual

Um projeto de revitalização envolve um processo complexo e multifacetado que transforma áreas degradadas em espaços atraentes e funcionais. O projeto inicia-se com a identificação da área e uma análise detalhada das suas condições atuais, incluindo infraestrutura, aspectos sociais, econômicos e ambientais, além da consulta à comunidade local.

Após a análise, faz-se necessário conceituar o projeto de forma abstrata como uma base orientadora que define a ideia inicial de projeto. Posto isso, o conceito é associado à produção das artes de argila e cerâmica no Vale do Jequitinhonha. O barro, em sua essência terrosa e maleável, é a matéria primordial que conecta o artista ao espírito da terra. O ato de moldar o barro é, em si, um diálogo íntimo entre o criador e a criação, dando vida a formas que carregam a marca nesse caso em especial, as mulheres ceramistas. A plasticidade do barro, não é apenas uma qualidade física, mas uma metáfora da capacidade humana de se adaptar, criar e recriar, de encontrar novas formas de expressão em meio à constante mudança. Cada escultura, assim como cada obra de arte, é um testemunho da diversidade infinita de formas e significados que surgem quando deixamos de lado as convenções e permitimos que nossa criatividade flua livremente. A partir dessa ideia, atribuímos esse conceito a um centro de produção artística e cultural, e tornamos prático esse conceito, na utilização de técnicas construtivas fundamentadas na terra e argila, tais como taipa de pilão, adobe, entre outras. Além da utilização de formas irregulares livres de padrões simétricos de composição.

Por decorrência, foi desenvolvido um programa de necessidades básicas afim de atender a demanda sociocultural proposto. A tabela (Tabela 04) abaixo condensa a relação do projeto com a setorização e pré-dimensionamento fundamentado na quantidade de usuários simultaneamente, por área de permanência prolongada.

Tabela 04 – Programa de necessidades, setorização e pré-dimensionamento do Centro Cultural proposto.

	AMBIENTE	METRAGEM (M²)	USUÁRIOS PESSOAS P/ AMBIENTE
S E T O R P Ú B L I C O	BILHETERIA	10 M²	6
	AUDITÓRIO	60 M²	40
	ANFITEATRO/ PALCO	30 M²	20
	CONVIVÊNCIA	90 M²	60
	GUARDA - VOLUME	6M²	4
	CIRCULAÇÃO VERTICAL	8M²	-
	EXPOSIÇÕES	60 M²	40
	CAFÊ / BAR	60 M²	40
S E T O R S E M I P Ú B L I C O	OFICINA DE TEATRO	30 M²	20
	OFICINA DE ARTES	15 M²	10
	OFICINA DE MÚSICA	30 M²	20
	OFICINA DE DANÇA	45 M²	30
	OFICINA DE LEITURA	15 M²	15
	CAMARINS	8 M² (CADA)	5
	SANITÁRIOS (PÚBLICOS)	15 M²	10
S E T O R P R I V A D O	SANITÁRIOS ESPECIAIS PCD/ FAMÍLIA/ FRALDÁRIO	5 M²	3
	SANITÁRIOS (PRIVADOS)	3 M² (CADA)	2
	SALA DE SEGURANÇA	3 M²	2
	ADMINISTRATIVO	16 M² SOMATORIO DE ÁREAS	10
	APOIO TÉCNICO	8 M²	5
	GÁS	3 M²	2
	LIXO	3 M²	2
	GERADOR	5 M²	3
	TOTAL	535	349

Fonte: Produzido pela própria autora (2024).

No contexto específico de um **Centro Cultural em Capelinha**, a divisão dos setores em público, semipúblico e privado é essencial para equilibrar as diversas atividades que o espaço abriga, como exposições, oficinas de cerâmica e barro, e administração do local. Essa organização garante que o centro cultural seja funcional e acolhedor, atendendo às necessidades de todos os seus usuários e alinhando-se ao propósito do projeto. A segmentação adequada dos espaços contribui para a criação de um ambiente que promova a interação social, a criatividade e a gestão eficiente das atividades culturais, reforçando o papel do centro como um polo de desenvolvimento comunitário e artístico. Em suma, a divisão dos setores de uma edificação em público, semipúblico e privado é uma prática indispensável para a criação de espaços bem-organizados, seguros e funcionais. Essa abordagem não apenas otimiza a utilização de ambientes, mas também promove um ambiente harmonioso e eficiente, fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento, especialmente no contexto de espaços culturais que visam atender a uma diversidade de atividades e usuários. Logo, essa divisão se resume em:

Espaços Públicos: destinam-se ao uso geral e são acessíveis a todos, sem restrições. Exemplos incluem recepções, salões de exposição e auditórios. Nesses locais, a circulação é livre e inclusiva, permitindo que visitantes e frequentadores interajam de maneira aberta e descomplicada; **Espaços Semipúblicos:** ambientes destinados a grupos específicos ou que requerem controle de acesso. Salas de aula, escritórios e áreas de convivência interna são exemplos típicos. Esses espaços equilibram a necessidade de acesso restrito com a interação entre determinados grupos, proporcionando um ambiente mais controlado sem isolar completamente os usuários; **Espaços Privados:** Reservados para uso exclusivo de funcionários, residentes ou grupos restritos. Áreas como escritórios administrativos, almoxarifados e espaços de descanso pessoal garantem privacidade e segurança, evitando a invasão de usuários não autorizados e protegendo a integridade dos materiais e informações contidas.

Logo, A regulamentação de acesso estabelece diferentes níveis de permissão e controle sobre os espaços, garantindo que cada área atenda às necessidades específicas dos usuários. Essa segmentação baseia-se em princípios de supervisão de acessos, utilização adequada dos ambientes e fluidez na circulação, aspectos essenciais para a funcionalidade e sustentabilidade de qualquer empreendimento

É válido salientar que, para o setor privado (cor rosa) os usuários são considerados funcionários. Logo, a edificação tem capacidade de receber aproximadamente 350 pessoas, considerando todos os setores. Ainda assim, é pertinente pontuar que de acordo com o desenvolvimento do projeto as premissas projetuais podem ser modificadas.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de desenvolver um projeto arquitetônico para requalificação/preservação para o centro da cidade, em especial em uma área subutilizada em Capelinha – Minas Gerais, foi realizado um levantamento detalhado da estrutura em escala urbana, para compreender sua condição atual, e suas posteriores necessidades para reativação e requalificação do centro da cidade. Com o intuito de recuperar a arquitetura local, visando preservar sua autenticidade, foram sugeridas melhorias estéticas e estruturais para revitalizar o espaço, proporcionando um novo propósito enquanto mantém vivas a história e a memória da cidade e de seus habitantes.

CONCLUSÃO

Com o intuito desenvolver um projeto arquitetônico de revitalização e requalificação a partir de uma área que inclui edificações inventariadas pelo Patrimônio Histórico na cidade de Capelinha – Minas Gerais, foi possível realizar o levantamento da área que compatibiliza 2165 m² de forma a compreender a sua estrutura e suas especificações levando em consideração toda a análise diagnóstica desenvolvida sob a área. Com a finalidade de reativar uma área central subutilizada, recuperando e respeitando suas características arquitetônicas originárias de maneira complacente com as necessidades, foi proposta a recomposição readequação da área como um todo de forma a ativar a usualidade do espaço para utilização pública em prol da cultura e educação. Logo, a partir também de melhorias formais estratégicas acerca das necessidades para o funcionamento permanente do espaço, mantendo viva a história do espaço para com seus ocupantes. Considera-se que o objetivo proposto foi alcançado, uma vez que esse projeto viabilize a utilização do espaço para com a população a partir das premissas de requalificação/ preservação que promovam o bom funcionamento do espaço sempre respeitando suas características originárias. Dessa forma, o patrimônio cultural fomenta a existência desse projeto e traz para uma área central atividades que promovem a participação da população de maneira direta, revivendo a memória e história local, além de ativar a relação de pertencimento entre a população e o espaço que é ocupado.

Essa iniciativa reforça os vínculos entre a comunidade e sua identidade cultural, gerando um sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva em relação ao espaço. Além disso, o projeto contribui para o fortalecimento da economia local, ao atrair eventos, visitas e atividades que estimulem o turismo cultural e criem oportunidades para artistas, educadores e empreendedores da região. Dessa forma, a revitalização da área transcende uma simples recuperação física, consolidando-se como uma estratégia abrangente de valorização do patrimônio, promoção da educação e inclusão social, garantindo um legado significativo, onde o patrimônio cultural é valorizado não apenas como uma herança a ser preservada, mas

como um elemento vivo que fomenta a criatividade, a interação social e o desenvolvimento para a cidade de capelinha.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

Artesanato em barro do Vale do Jequitinhonha. Iepha.mg.gov.br, 2016. Disponível em: <<https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-registrados/details/2/8/bens-registrados-artesanato-em-barro-do-vale-do-jequitinhonha-saberes,-of%C3%ADcio-e-express%C3%B5es-art%C3%ADsticas>>. Acesso em 22 de abril de 2024.

Artesanato em barro do Vale do Jequitinhonha. Iepha.mg.gov.br, 2016. Disponível em: <<https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-registrados/details/2/8/bens-registrados-artesanato-em-barro-do-vale-do-jequitinhonha-saberes,-of%C3%ADcio-e-express%C3%B5es-art%C3%ADsticas>>. Acesso em 22 de abril de 2024.

AUSTRÁLIA. ICOMOS Burra Charter, 1999. **Carta de Burra**.

Bens Protegidos. GEOSAMPA, 2024. Disponível em: <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Acessado em 10 de maio de 2024.

BOURDIEU, Pierre. P. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp, 2015.

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937** – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em 5 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 1.902 de 18 de setembro de 2014** - Acrescenta o inciso IV ao art. 10 da Lei Municipal nº 1.746, de 14/08/2012 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano do Município de Capelinha). Disponível em: <<https://pmcapelinha.mg.gov.br/portal/2017/01/10/lei-1-902-2014-altera-lei-1746-2012-parcelamento-do-solo-urbano/>>. Acesso em 28 de abril de 2024.

BRASIL. **Lei nº 1496 de 17 de julho de 2008** - Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Município de Capelinha. Disponível

em:<<https://pmcapelinha.mg.gov.br/portal/2017/01/07/lei-1-4962008-patrimonio-cultural/>>.
Acesso em 28 de abril de 2024.

BRASIL. **Lei nº 1746 de 14 de agosto de 2012** - Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Município de Capelinha, e dá outras providências. Disponível em:<<https://pmcapelinha.mg.gov.br/portal/2017/01/10/lei-1-943-2015-altera-dispositivos-da-lei-1-746-2012-parcelamento-solo-urbano/>>. Acesso em 28 de abril de 2024.

CAMARGO, Pablo Matos. BAETA, Alenice. **QUEM SÃO? ASPECTOS GERAIS**. Cedefes.org.br, 2016. Disponível em:<<https://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque/#:~:text=Em%20Minas%20Gerais%20h%C3%A1%20mais,%2C%20Makuni%2C%20Guarani%20e%20Pankararu>>. Acesso em 22 de abril de 2024.

Capelinha - Folia de Reis. Ipatrimonio.org, 2020. Disponível em:<<https://www.ipatrimonio.org/capelinha-folia-de-reis/#!/map=38329&loc=-17.682481099289483,-42.51082420349121,15>>. Acesso em 23 de abril de 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessa. **A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea**. Scielo.br, 2009. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ea/a/XwS46QJPfBHP8nF3HRz9tyh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 25 de maio de 2024.

Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003. — (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil ; 1).

Embaixada Cultural. Embaixadacultural.com.br, 2023. Disponível em:<<https://www.embaixadacultural.com.br/>>. Acesso em 25 de maio de 2024.

Ex-prefeitos. Pmcapelinha.mg.gov.br, 2021. Disponível em:<<https://pmcapelinha.mg.gov.br/portal/prefeitos/>>. Acesso em 24 de abril de 2024.

FARIA, Célia Neves Obede Borges. **Técnicas de construção com terra**. Athuar.uema.br, 2011. Disponível em: <https://www.athuar.uema.br/wp-content/uploads/2018/01/proterra-tecnicas_construcao_com_terra.pdf#page=16>. Acesso em 25 de maio de 2024.

GEOSAMPA, 2024. Disponível em: >https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acessado em 10 de maio de 2024.

GUERRA, Abilio. Prêmio APCA 2012 – **Categoria “Obra de arquitetura”**. Premiado: Praça das Artes / Brasil Arquitetura e Marcos Cartum. Drops, São Paulo, n. 13.063.08, Vitruvius, dez. 2012 <www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/13.063/4629>. Acesso em 20 de maio de 2024.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. Editora Annablume, 2005. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaco.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2024.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Carta de Burra. Brasília: IPHAN, 1980. Portaliphan.gov.br, 2024. Disponível em: [<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>]. Acesso em 13 de abril 2024.

IPHAN, 2024. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Patrimônio Cultural Imaterial. Portaliphan.gov.br, 2024. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em 09 de janeiro de 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAKADOURADOS. **Arquitetura&urbanismo, Tibá - centro cultural imagina**. Wordpress.com, 2016. Disponível em: <<https://kakadourados.wordpress.com/2016/05/17/tiba-centro-cultural-imagina/>>. Acesso 12 de maio de 2024.

LEON, Gto. **Imagina, Centro Cultural e Ecológico**. Tibarose.com, 2016. Disponível em: <<http://tibarose.com/single-project.php?lang=por&id=142>>. Acesso em 10 de maio de 2024.

LIMA Jr. Augusto de. **A capitania de Minas Gerais, origem e formação**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943.

MACHADO, José Carlos. **Resumo Histórico**. Pmcapelinha.mg.gov.br, 2021. Disponível em: <<https://pmcapelinha.mg.gov.br/portal/resumo-historico/>>. Acesso em 24 de abril de 2024.

MACHADO, José Carlos. **Senhora da Graça da Capelinha**. 1ª edição, Capelinha/MG. Lithera Maciel Editora Gráfica Ltda, 2000.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Roberto Marinho, 1997.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. Imprensa: Curitiba, Intersaberes, 2016.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Coreografia Histórica da Província de Minas Gerais**. Vol. I. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981.

MILLIKEN, F. J.; MARTINS, Luis L. **Searching for common threads: understanding the multiple effects of diversity in organizational groups**. Academy of Management Review. v.21, n.2, 1996.

MORAIS FILHO, Alexandre José de Melo. **Festas e tradições populares do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, [s.d.], 551 p. il.

Municípios mineiros podem conferir no site a pontuação provisória do ICMS Patrimônio Cultural Exercício 2024. Iepha.mg.gov.br, 2024. Disponível em:<<https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/787-iepha-mg-divulga-tabela-de-pontuacao-provisoria-do-icms>>. Acesso em 24 de abril de 2024.

NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux.** Erso.univ-lyon2.fr, 2020. Disponível em:< https://perso.univ-lyon2.fr/~jkemp/LDM_intro.pdf>. Acesso em 4 de abril de 2024.

OOSTERBEEK, Luiz. **Arqueologia, patrimônio e gestão do território: polêmicas.** Erechim, RS: Habilis, 2007. In: CRUZ, A. R.; OOSTERBEEK, L. (coord.). Arte Rupestre: Pré-História, Patrimônio. Arkeos – perspectivas em diálogo, nº 14, Tomar, PT: CEIPHAR, 2004.

PAOLI, Maria Célia. **Memória, história e cidadania: o direito ao passado.** In. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTAL VITRUVIUS. **Projetos: Praça das Artes.** Vitruvius, São Paulo, v.13, n.03, 2013. Disponível em:< <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.151/4820>>. Acesso em 30 abril de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA. **Inventário de estruturas arquitetônicas e urbanísticas. Antiga prefeitura municipal.** Secretaria Municipal de Cultura e Turismo/Setor de Patrimônio Cultural. CÓD.: BI-69. 2002.

Red Bull Station. M.galeriadaarquitetura.com.br, 2024. Disponível em:<<https://m.galeriadaarquitetura.com.br/slideshow/newslideshow.aspx?idproject=727&index=3>>. Acesso em 22 de maio de 2024.

ROGERS, Richard. Prólogo de Richard Rogers. In: GEHL, Jan. **Cidade para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

SANTOS, Milton, 1926-2001. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos.** - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** Hucitec.São Paulo 1988.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual.** Tradução: Eduardo de Almeida Navarro, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Patrimônio Mundial no Brasil.** Unesdoc.unesco.org, 2020. Disponível em:<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000376049>>. Acesso em 15 de junho de 2020.